



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
II PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

**RELATÓRIO DA SEGUNDA ETAPA DA CONSTRUÇÃO DO II PLAMSAN: ENCONTRO
ENTRE GESTORES REGIONAIS**

CURITIBA
2019

EQUIPE:

Anfitriões:

Elizandra Flávia Araujo
Tayana Fernandes Cecon
Luiz Guilherme Scharf (consultor em metodologias participativas de trabalho em grupos)

Polinizadores:

Luiz Antônio Bittencourt Teixeira
Gessé Malmann
Karin Fleming Farias
Thiago Bittencourt Alano
Hilda Caracheski Lalico
Morgiana Kormann
Ana Valéria de Almeida Carli
Nivaldo Guimarães Vasconcellos
Edson Rivelino Pereira
Fernanda Hardt Khell
Nathalie Alves dos Santos Koubik
Daniel Vicente Bastos
Fabiana Hammerschmidt Marcondes
Isabel Cristina Trizzotto Perez
Maria Del Carmen Pastor dos Santos
Maria Augusta Gomes
Simone Pereira Pedro Tomiazzi da Silveira
Hercilia de Oliveira Schneider
Sheila Rodrigues da Silva Cunha
Joelcio Ribas Maciel
Mabel Tevah

Organização:

Franciele Gabriel
Ilderaldo Adamovicz
Maria Ester Santiago

Fotografia:

Luiz Dâmaso Gusi

Facilitação gráfica:

Ed Marcos Sarro
Haruka Ozawa
Raphaela Candido

Brunch:

Chef Reinhardt Pfeiffer
Emerson Tynn Haur Chou - Estagiário de gastronomia da PUC – PR
Gabriel Andre Fick Nogas - Estagiário de gastronomia da PUC – PR

Wellington Henrique Dias - Estagiário de gastronomia da PUC – PR
Thatiane Daldegan Rosa - Estagiária de gastronomia da PUC – PR
Edina Rodrigues da Silva
Alfredina da Luz Cordeiro
Priscila Waldrigues Cordeiro

COMSEA Curitiba:

Fernanda Hardt Khell
Nathalie Alves dos Santos Koubik

Câmara técnica da CAISAN Curitiba:

Adriana Maria Vieira da Silva
Fabiana da Costa Müller
Leandro de Pol Fernandes
Maria Inês Cavichioli
Paulo Victor Romano França
Lucimara Santos Orlandi
Fabiano Vilaruel
Ângela Cristina Lucas de Oliveira
Solange Souza da Silva Betenheuser
Maria Rosi Marques Galvão

Local:

EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 CONSTRUÇÃO DO EVENTO	6
2.1 CONVITE E AMBIENTAÇÃO	13
2.2 <i>WORLD CAFÉ</i>	16
3 RESULTADOS DAS COLHEITAS	20
3.1 ACESSO	23
3.1.1 Abastecimento	24
3.1.2 Renda e condições de vida	26
3.2 INTERSETORIALIDADE	33
3.3 CONCEITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E A EDUCAÇÃO ALIMENTAR.....	44
3.3.1 Comunicando o conceito de segurança alimentar e nutricional	45
3.3.2 Educação Alimentar e Nutricional.....	48
4 FACILITAÇÃO GRÁFICA	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
ANEXO 1 - COLHEITA REALIZADA NO ENCONTRO COM OS CHEFES DE NÚCLEO REGIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DO ABASTECIMENTO EM 29 DE ABRIL DE 2019	63
ANEXO 2 - RESULTADO DO <i>OPEN SPACE</i> REALIZADO NO DIA 06 DE MAIO DE 2019 COM OS CHEFES DE NÚCLEO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO ABASTECIMENTO	64

1 INTRODUÇÃO

No documento intitulado “Relatório do Primeiro Encontro da Câmara Técnica”¹, iniciamos a descrição do trabalho de construção do II Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) de Curitiba, para o qual adotamos uma metodologia participativa e inovadora dentro do setor público, buscando dar voz a uma pluralidade de atores de diferentes segmentos.

Pela transversalidade e complexidade abarcadas pelo conceito de segurança alimentar e nutricional (SAN) e em consideração aos seus diferentes aspectos (humanos, sociais, ambientais, culturais e econômicos), optamos em construir o Plano em camadas, incorporando novos atores e demandas a cada encontro, buscando sempre dar o sentido de pertencimento e legitimidade a todo o processo.

Nos primeiros encontros, ocorridos junto à câmara técnica da CAISAN (Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional), reunimos os atores ligados diretamente à gestão municipal, enquanto que, nesta etapa, buscamos dar voz aos gestores e servidores das dez Administrações regionais da cidade, trazendo à tona as principais demandas e percepções deste segmento unificador entre o nível da central da gestão municipal e a população.

Para a seleção dos atores, levamos em conta a composição da CAISAN municipal e a divisão Administrativa da cidade (FIGURA 1), composta pelas regionais: Tatuquara, Bairro Novo, Boqueirão, Pinheirinho, CIC, Portão, Santa Felicidade, Matriz, Cajuru e Boa Vista.

Este encontro, cujas narrativas são descritas no presente relatório, ocorreu no dia 13 de maio de 2019, na sede do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), em Curitiba. Entre os presentes estiveram os Chefes de Núcleo e Administradores dos órgãos que compõem a CAISAN e têm representação regional (SGM, SMAB, FAS, SME, SMS e SMMA); gestores regionais da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ) e Fundação Cultural de Curitiba (FCC); além de membros da câmara técnica da CAISAN; do Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP); do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Curitiba (COMSEA) e um grupo de servidores (atuantes no nível central e nas regionais) selecionados por sua postura crítica em relação ao tema.

O presente relatório apresenta a sistematização e síntese dos resultados (colheitas) deste encontro.

¹ Disponível através do link: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/ii-plano/3089>. Todas as metodologias utilizadas na construção do II PLAMSAN, bem como a apresentação dos principais conceitos relacionados, também estão descritas no referido documento, por isto não iremos nos ater a elas no presente relatório.

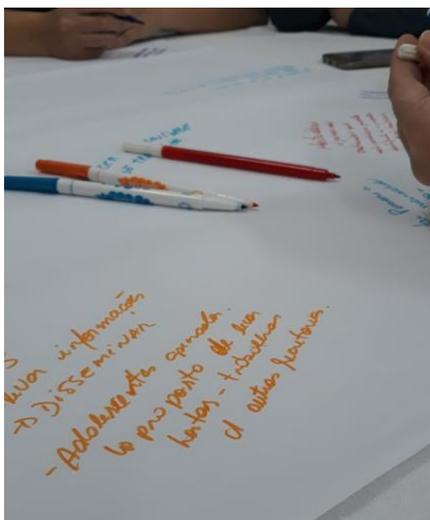
2 CONSTRUÇÃO DO EVENTO

Após a finalização da primeira etapa dos trabalhos, com a entrega do relatório do encontro do dia 04 de abril, iniciamos esta segunda fase com a realização de um *World café* com as 10 Chefiarias de Núcleo Regional da Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB), no dia 29 de abril, na sala de aula do Mercado Municipal de Curitiba, setor de orgânicos (FIGURA 2 a, b, c).

FIGURA 2 - *WORLD CAFÉ* COM OS CHEFS DE NÚCLEO REGIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DO ABASTECIMENTO



(a)



(b)



(c)

O objetivo inicial do encontro era o compartilhamento dos resultados obtidos até então, eventuais esclarecimentos sobre o processo e apresentação dos próximos passos, além de exposição sobre a metodologia de trabalho, visando sua apropriação por parte



(d)



(e)



(f)

Na sequência, apresentamos os processos que envolveram o planejamento e execução do evento do dia 04 de Abril, desde o convite até a ambientação, passando pelas metodologias aplicadas e o resultado das colheitas (FIGURA 4).

FIGURA 4 - CATEGORIAS RESULTANTES DAS COLHEITAS DO ENCONTRO DO DIA 04 DE ABRIL DE 2019



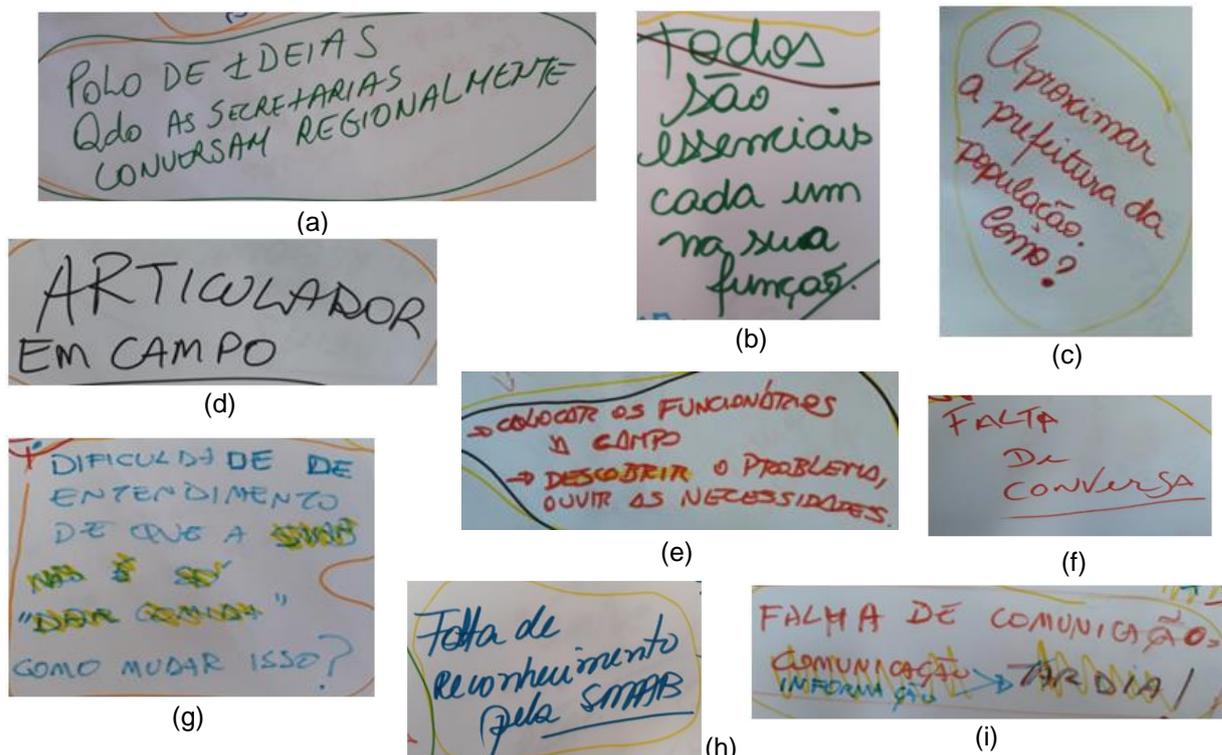
Então, situamos os Chefes de Núcleo da Secretaria Municipal do Abastecimento acerca dos próximos passos, destacando o papel da SMAB como gestora de muitos processos inerentes ao Plano (como construção, sistematização e pactuação das ações, monitoramento, avaliação e revisão). Com isto, buscamos não só delegar às Chefias de Núcleo a articulação em nível regional para que o encontro do dia 13 de maio se concretizasse, mas também proporcionar a reflexão sobre os territórios onde atuam e o papel ativo que a SMAB deve assumir em relação à segurança alimentar e nutricional, na figura de seus regionais. Assim, lançamos as seguintes perguntas norteadoras:

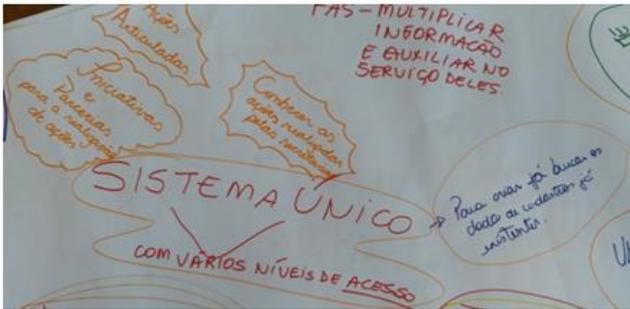
1. Como vocês, chefes de núcleo da SMAB, podem contribuir para a efetivação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN)?
2. Como integrar ações e pessoas nos diferentes níveis de atuação da Secretaria?
3. Como nos integrar na nova forma de trabalho proposta pelo Plano?

Através destas perguntas norteadoras, pudemos agrupar os resultados em quatro categorias: intersetorialidade, conceito de SAN, comunicação e papel do regional e demandas legítimas (ANEXO 1).

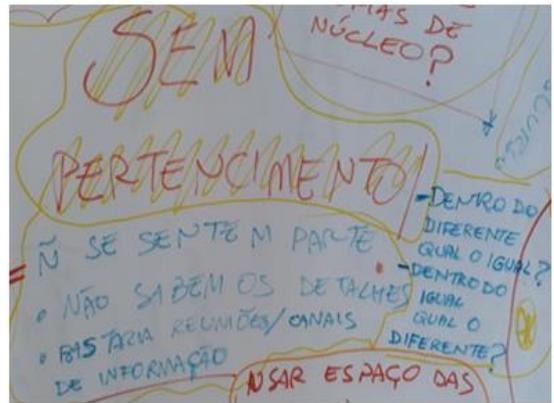
Todavia, considerando os resultados observados, antes de dar continuidade à construção do evento do dia 13 de maio, percebemos a necessidade de realização de um segundo encontro, visto que durante as conversas foram levantados diversos questionamentos acerca dos papéis dos Núcleos Regionais e sobre a forma como o trabalho se organiza dentro da Secretaria (FIGURA 5 a - s).

FIGURA 5- RESULTADOS DAS COLHEITAS DO ENCONTRO DO DIA 29 DE ABRIL DE 2019

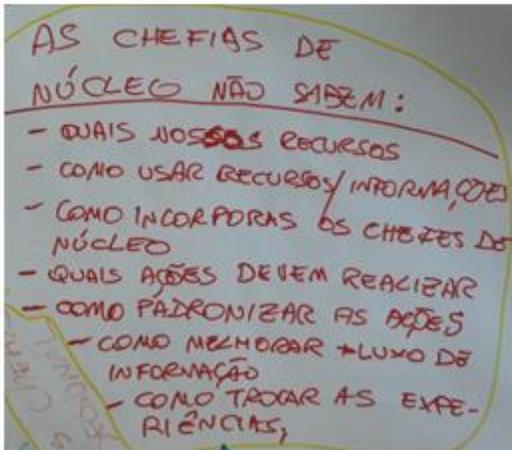




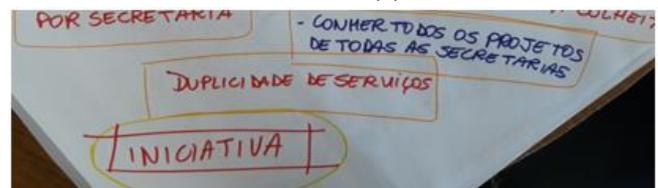
(j)



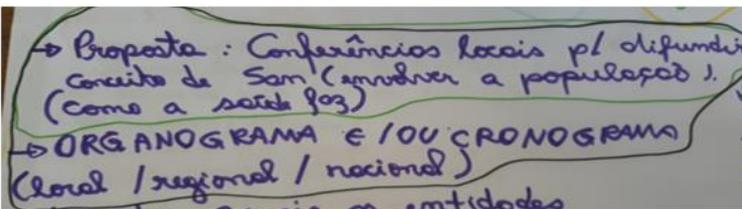
(k)



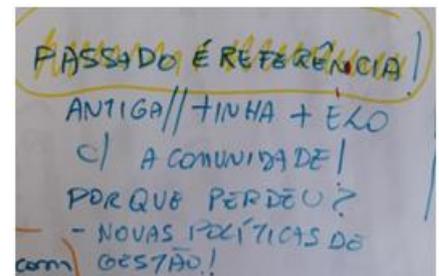
(l)



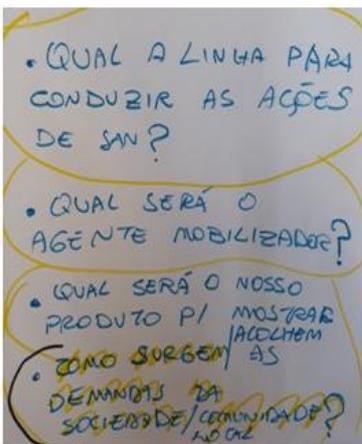
(m)



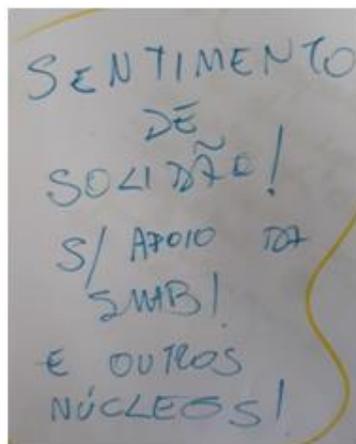
(n)



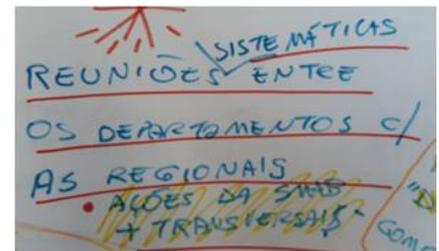
(o)



(q)



(r)



(p)



(s)

Isto foi possível pela flexibilidade que a metodologia de trabalho nos proporciona. Por não haver hierarquia entre os participantes das mesas de trabalho, o diálogo e o

entendimento entre os participantes é favorecido, trazendo também à tona situações nunca antes discutidas, fazendo com que equipes desmotivadas ou com atritos, consigam refletir sobre sua atuação e resolver os problemas de comunicação.

Sendo assim, no dia 06 de maio, na sala de reuniões da Rua da Cidadania do Cajuru, realizamos o segundo encontro com os Regionais da SMAB (FIGURA 6 a - f), onde pudemos discutir os novos papéis da Secretaria. Na tentativa de encontrar soluções para as questões apresentadas no encontro anterior e planejar de forma mais efetiva e objetiva o grande encontro do dia 13 de maio, optamos em utilizar a metodologia *Open Space*.

FIGURA 6 - ENCONTRO DO DIA 06 DE MAIO DE 2019



(a)



(b)



(c)



(d)



(e)



(f)

A agenda foi definida pelos presentes através de perguntas norteadoras (ANEXO 2), que contemplaram os seguintes temas: demandas legítimas, intersetorialidade e comunicação. Os principais pontos da discussão estão listados no (QUADRO 1).

Com as situações pendentes levantadas no último encontro já alinhadas, definimos os próximos passos para a realização do encontro do dia 13 de maio e cada um se apropriou de seus afazeres. Além disso, esta reunião nos auxiliou na definição das perguntas norteadoras para o referido evento.

QUADRO 1 - RESULTADOS DAS DISCUSSÕES DO *OPEN SPACE*

Demandas legítimas	Intersectorialidade	Comunicação
<ol style="list-style-type: none"> 1. Tema – como conhecer a comunidade 2. Necessidade de explorar o conceito de SAN → campanhas e estratégias de comunicação → trabalhar a comunicação e o entendimento da população → pessoas entendem quando falamos em alimentação saudável, mas não o termo segurança alimentar 3. Definir portfólio uniformizado contendo produtos capazes de sensibilizar a comunidade em relação a SAN 4. Escolhas saudáveis e uso racional do alimento → atuar com parceiros para modificar aspectos culturais 5. Conferências e encontros nos territórios com parceiros dos 3 setores 6. Mapear dados existentes e disponíveis em outros setores para a elaboração de estratégias em conjunto → saber negociar o que fazer com as informações → estabelecer prioridades – atuar em conjunto com órgãos que possuem maior capilaridade 7. Levantamento de potencialidades e recursos disponíveis na comunidade – infraestrutura, ações e público alvo 8. Atuação juntamente com rede de proteção para levantamento de informações de insegurança alimentar, com prioridade para fome e desnutrição 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Regional como articulador das necessidades da comunidade em parceria com as demais secretarias – identificando dados de cada grupo a ser trabalhado 2. Criação de sistema de informação integrando os órgãos afetos ao tema 3. Encontro para divulgação de boas práticas em SAN – dividir experiências 4. Criação de portfólio 5. Trabalhar para promover uma mudança de paradigma – “SMAB não é um doador de alimentos” 6. Mapear ações que podem ser usadas como ferramentas de SAN 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realização de campanha lúdica nas escolas - simplificando a linguagem: teatro, super-heróis, gibis, gincanas, histórias em quadrinhos, <i>jingle</i>, desenho animado 2. Capacitação de professores: verificar escolas que trabalham segurança alimentar 3. Matérias mensais em jornais de bairro 4. Usar o potencial dos formadores de opinião – mídia, ‘blogueiros’, influenciadores digitais → propor ação conjunta de “utilidade pública” → garantir momentos de publicidade em “horário nobre” 5. Usar rádios locais → “momento da SAN” – com informações de qualidade ao público 6. Exemplificar o conceito de SAN – inverter a ordem e concluir com: “Você está inserido na SAN. Isto é SAN!”

2.1 CONVITE E AMBIENTAÇÃO

Os convites foram nominais e entregues pessoalmente pelos Chefes de Núcleo Regionais do Abastecimento, a todos os convidados, junto com uma muda de tempero, cuja embalagem foi confeccionada, também, pelos Chefes de Núcleo da SMAB (FIGURA 7 a - g).

FIGURA 7 - CONVITES CONFECCIONADOS E ENTREGUES PELOS CHEFES DE NÚCLEO REGIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DO ABASTECIMENTO



A metodologia utilizada nesta reunião (*World café*) também foi selecionada com o intuito de permitir com que os participantes ficassem à vontade para dialogar e para que a discussão fluísse com naturalidade (FIGURA 8).

FIGURA 8 - APLICAÇÃO DA METODOLOGIA SELECIONADA



Novamente a ambientação do local foi desenhada para que pudesse propiciar este sentimento, assim como o horário do evento – das 10h às 15h – que foi pensado justamente para que não houvesse a necessidade de intervalo para almoço (FIGURA 9 a - k).

Assim, optamos pelo servimento de uma refeição aos convidados no horário do almoço, esta foi preparada no local voluntariamente pelo Chef Reinhardt Pfeiffer, que contou com a ajuda de alunos do curso de gastronomia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Paraná e de servidores da Secretaria Municipal do Abastecimento.

Além disso, ao sermos informados de que uma das convidadas era celíaca, providenciamos uma refeição adequada às necessidades nutricionais da mesma, para que ela se sentisse segura em ingerir os alimentos por nós ofertados e, também, fosse de fato incluída na dinâmica do evento.

Procuramos decorar o ambiente de forma a torná-lo o mais aconchegante e informal possível. Recebemos os convidados com música ambiente e 10 mesas de discussão distribuídas por toda a sala.

Membros do grupo de trabalho se espalharam entre os convidados, a fim de gravar as discussões e estimular os participantes a expor suas ideias não só através da fala, mas também da escrita, rabiscos ou desenhos em folhas de *flip chart* que foram disponibilizadas em todas as mesas, junto com canetinhas coloridas e relatórios do encontro ocorrido no dia 04 de abril.

FIGURA 9 - AMBIENTAÇÃO DO EVENTO



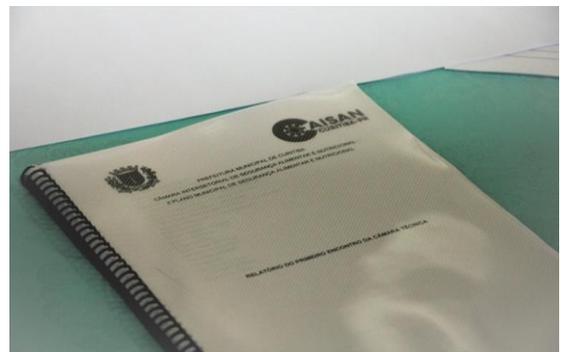
(a)



(b)



(c)



(d)



(e)



(f)



(g)



(h)



(i)



(j)



(k)

2.2 WORLD CAFÉ

Apesar de algumas faltas, o número de participantes superou o esperado em 20%, visto que muitos dos convidados que não puderam ir ao evento enviaram representantes. Convidamos 86 pessoas e compareceram 93, entre gestores, técnicos e sociedade civil (representada pelo COMSEA municipal) - muitos destes estiveram presentes no primeiro encontro, realizado em 04 de abril, e auxiliaram a dar o tom de transição dos diálogos².

Buscando estimular a reflexão dos participantes sobre os aspectos de maior relevância em relação à segurança alimentar e nutricional, primeiramente em sua regional de atuação e, posteriormente, no âmbito macro (de toda a cidade), além da emersão da criatividade coletiva na busca de soluções, dividimos o evento em três momentos.

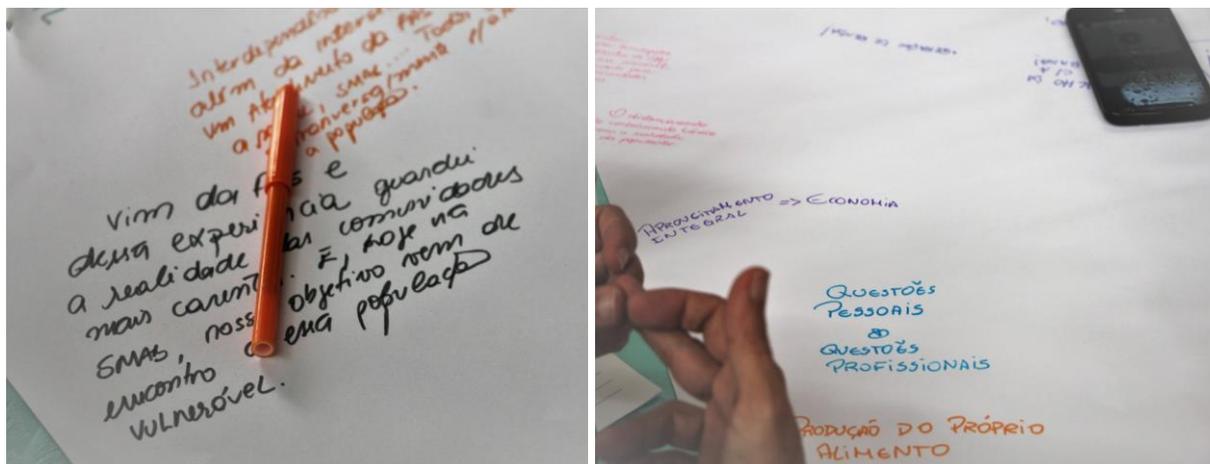
Inicialmente, os participantes puderam sentar-se onde lhes convinha. Nesta primeira etapa, fizemos uma contextualização sobre os principais aspectos e o conceito

² Esta etapa dos trabalhos, pela própria vivência dos convidados (que experimentam as duas realidades), soou como uma transição (uma etapa intermediária) entre as demandas dos gestores municipais e da população, como será demonstrado nas categorias apresentadas à frente neste documento.

de segurança alimentar e nutricional e, após, lançamos a primeira pergunta e disponibilizamos 20 minutos para a discussão (FIGURA 10 a, b):

1. Como a sua jornada pessoal te trouxe até aqui?

FIGURA 10 - EXEMPLOS DE RESPOSTAS À PRIMEIRA PERGUNTA



(a)

(b)

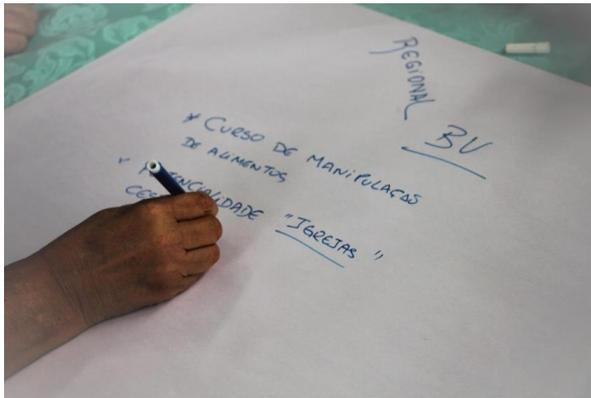
Findo este tempo, dispomos de um período para que os interessados em sintetizar a discussão o fizessem. Após, solicitamos aos presentes o agrupamento segundo a Administração Regional onde trabalham. Os membros da câmara técnica da CAISAN, do grupo de trabalho do PLAMSAN e do COMSEA se distribuíram entre as mesas, a fim de polinizar a discussão com questões amplas, que englobam toda a cidade.

Então, fizemos a segunda pergunta, desta vez estendendo o tempo de discussão para 30 minutos, com a abertura para falas ao fim. O mesmo ocorreu com a terceira pergunta.

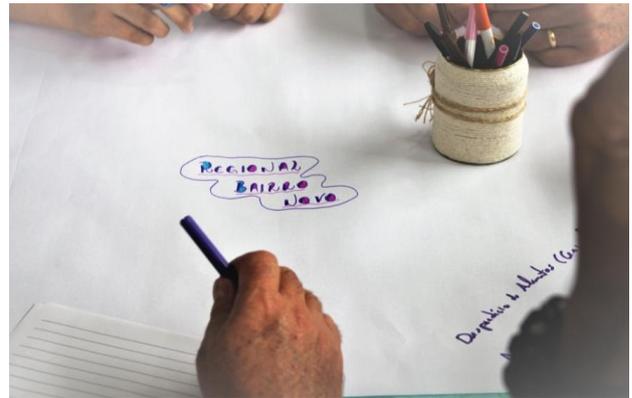
2. Quais são os principais problemas de Segurança Alimentar e Nutricional na sua Regional?
3. Quais as soluções e impeditivos para os questionamentos levantados na pergunta anterior?

Salientamos que, durante esta fase da discussão, os participantes mantiveram-se reunidos por regional e apenas os polinizadores mudaram de mesa (FIGURA 11 a - g).

FIGURA 11 - DIVISÃO DOS PARTICIPANTES SEGUNDO REGIONAL DE ATUAÇÃO



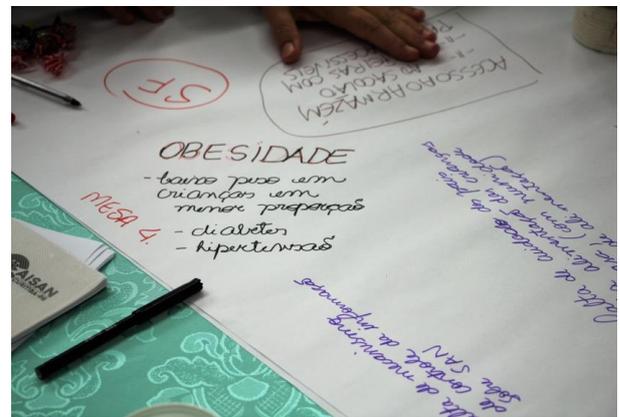
(a)



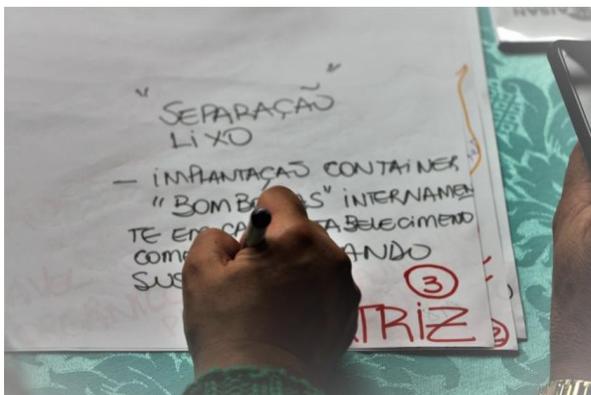
(b)



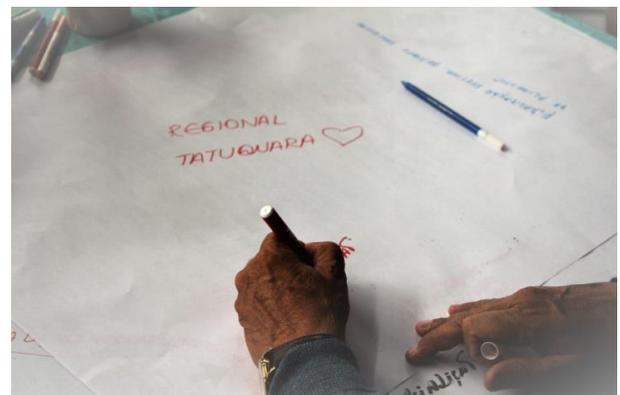
(c)



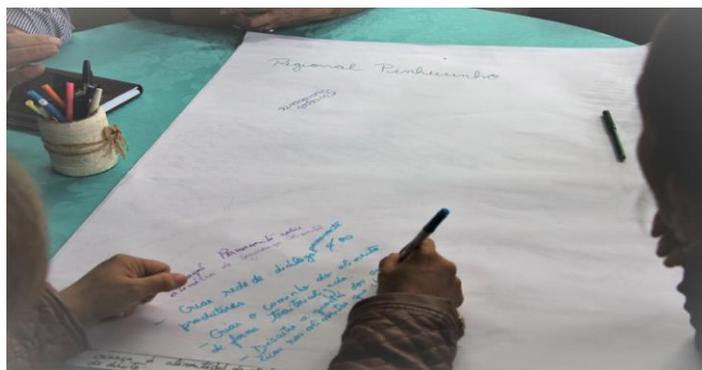
(d)



(e)



(f)



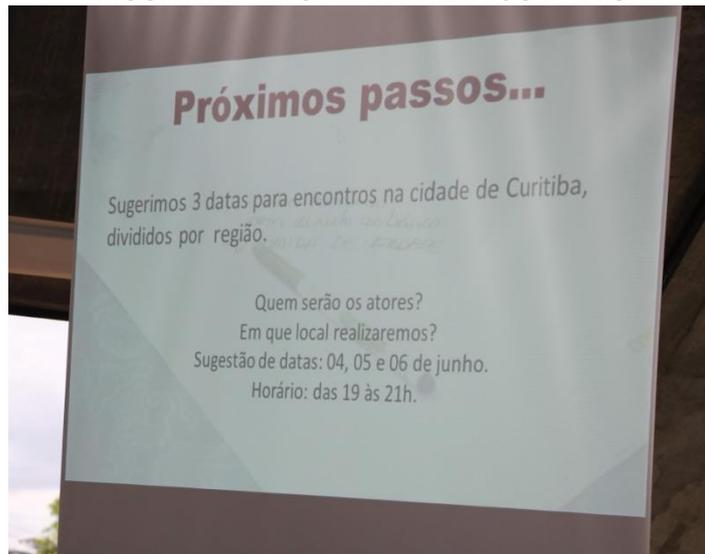
(g)

Finalizada a primeira etapa, estabelecemos um intervalo de 40 minutos para a refeição. Em seguida, retomamos o trabalho com a apresentação do estado da arte (ou, o que o mundo fala) da segurança alimentar e nutricional. Partimos então para a pergunta 4, e solicitamos que os convidados se misturassem aleatoriamente. Após 30 minutos de discussão também foi feito o relato. Solicitamos que as mesas se misturassem aleatoriamente uma última vez e o processo todo se repetiu na 5ª pergunta.

4. Como você pode contribuir para a construção e execução do Plano?
5. Como fortalecer as ações de Segurança Alimentar e Nutricional no Regional?

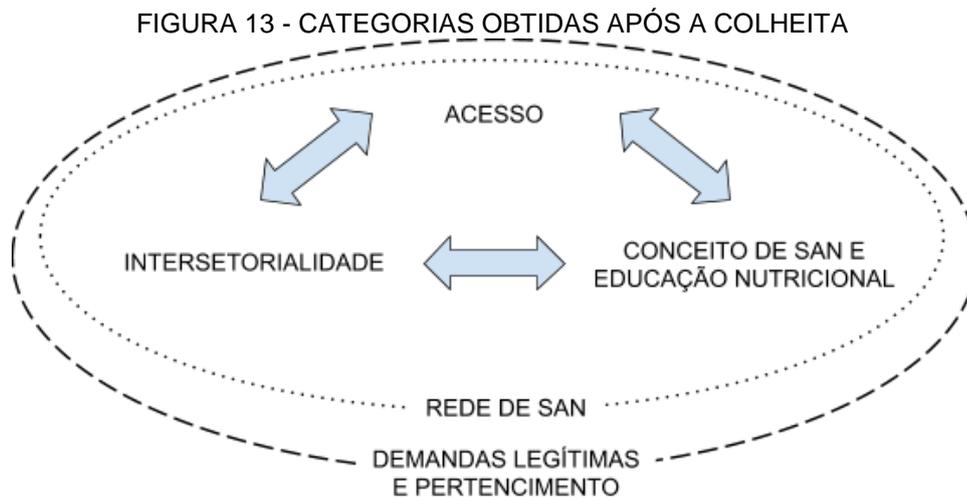
Então, fizemos o fechamento do evento com a apresentação dos próximos passos, que consistiam basicamente na apresentação da dinâmica dos próximos encontros, que serão realizados com a população, e da apresentação dos papéis dos gerentes e administradores regionais neste processo (FIGURA 12).

FIGURA 12 - ENCAMINHAMENTOS FINAIS



3 RESULTADOS DAS COLHEITAS

Realizamos a análise e categorização dos resultados da mesma maneira que a anteriormente descrita no documento “Relatório do Primeiro Encontro da Câmara Técnica”, o que nos permitiu chegar às seguintes categorias (FIGURA 13):



NOTA: Rede de SAN e demandas legítimas foram categorias que permearam todas as outras, sendo categorizadas como transversais a toda discussão.

Nos próximos tópicos descreveremos a síntese das principais falas dos participantes no que se refere aos eixos acima mencionados. Não obstante, para uma caracterização que leve em conta as especificidades regionais, elaboramos um gráfico do tipo nuvem de palavras (FIGURA 14) e um quadro (QUADRO 2) com os principais temas abordados pelos gestores de cada uma das dez regionais de Curitiba.

FIGURA 14 - PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS



QUADRO 2- PRINCIPAIS TÓPICOS ABORDADOS SEGUNDO ADMINISTRAÇÃO REGIONAL

Regional	Principais tópicos discutidos
Bairro Novo	Vulnerabilidade e risco social Acesso Saneamento básico Baixa escolaridade de jovens e adultos Falta de qualificação profissional Desemprego: geração de renda alternativa Curso de Boas Práticas na Manipulação de Alimentos Migrantes Diversidade cultural Reassentamentos Pequenos produtores Desperdício de alimentos Conceito de SAN Intersetorialidade
Boa Vista	Doações de cestas básicas - necessidade de organização Obesidade e desnutrição Necessidade de trabalhar a família Curso de Boas Práticas na Manipulação de Alimentos Hortas comunitárias Sustentabilidade Parceria com 2º e 3º setores Intersetorialidade
Boqueirão	Insegurança sanitária dos alimentos Curso de Boas Práticas na Manipulação dos Alimentos Alimentação Escolar Agricultura Familiar Agrotóxicos Banco de alimentos Intersetorialidade Conceito de SAN
Cajuru	Vulnerabilidade e risco social Acesso Curso de Boas Práticas na Manipulação de Alimentos Governabilidade sobre a mídia Demandas legítimas Ações continuadas Diagnóstico do regional Indicadores Inovação Comunicação Conceito de SAN Transversalidade Intersetorialidade
CIC	Vulnerabilidade e risco social Acesso Ocupações irregulares Educação formal e capacitação profissional Desemprego Curso de Boas Práticas na Alimentação Agrotóxicos Diagnóstico/mapeamento da realidade (SAN) – regional muito grande Capacitação da comunidade local Agricultura urbana

	<p>Conceito de SAN Parceria 1º, 2º e 3º setores Intersetorialidade</p>
Matriz	<p>Acesso Doação de alimentos para pessoas em situação de rua Comércio ilegal Insegurança Sanitária Obesidade e desnutrição Mídia Pragas Urbanas Separação do lixo Sustentabilidade Diagnóstico da realidade Conceito de SAN Intersetorialidade</p>
Pinheirinho	<p>Extrema pobreza Regulamentação das doações Obesidade Doenças crônicas não transmissíveis Mídia Agricultura Urbana Sustentabilidade Agricultura familiar Agrotóxicos Insegurança Sanitária dos alimentos Curso de Boas Práticas na Manipulação de Alimentos Conceito de SAN Intersetorialidade</p>
Portão	<p>Diagnóstico do território Vulnerabilidade e risco social Acesso Regulamentação para doação de alimentos Obesidade e desnutrição Ocupação de áreas e espaços públicos ociosos Sustentabilidade Conceito de SAN Intersetorialidade Demandas legítimas</p>
Santa Felicidade	<p>Vulnerabilidade e risco social Fome Obesidade e desnutrição Mídia Doenças Crônicas não Transmissíveis Conceito de SAN Intersetorialidade</p>
Tatuquara	<p>Acesso Vulnerabilidade e risco social Cultura de doações (Assistencialismo) Solidariedade da sociedade Ocupações irregulares Urbanização precária Sustentabilidade Geração de renda alternativa Insegurança sanitária dos alimentos Deficiência de RH</p>

	Conceito de SAN
Tópicos mais abordados	Intersetorialidade Conceito de SAN Vulnerabilidade e risco social Acesso Sustentabilidade Curso de Boas Práticas na Manipulação de Alimentos Obesidade e desnutrição

3.1 ACESSO

“Curitiba que não vemos”

“A alimentação saudável precede outras necessidades”

“Como pensar em qualidade e segurança alimentar se o problema é fome?”

“A gente precisa ir além e enfrentar de frente a questão da desigualdade social.”

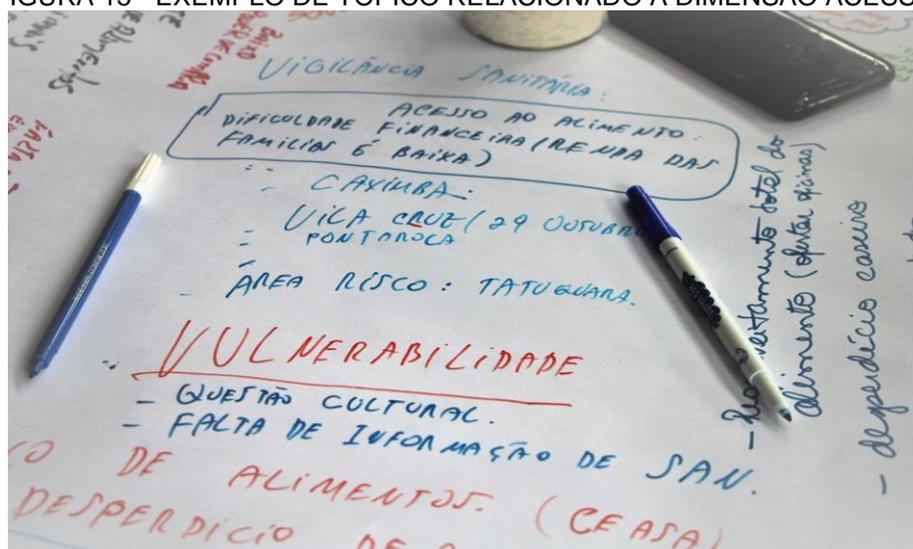
“[fome] É um tema difícil de você trabalhar, porque as pessoas não...[tem vergonha de dizer, não falam sobre]... É, porque as pessoas acham que é um favor que está se fazendo, que se ela disser isto [que tem fome], ela é uma coitadinha, é humilhante! Então, este trabalho de você dizer pra pessoa: ‘Ninguém tá te dando nada, isso é um direito seu’.

As pessoas terem consciência de que a alimentação é um direito, assim como a moradia, assim como a saúde. Não tem nada a ver com a qualidade dela enquanto pessoa, com a qualidade do trabalho que ela presta ou, sabe... ‘Ah, então eu estou desempregado e por isso estamos passando fome’. Não! O desemprego é uma outra questão, muito, né, uma questão estrutural dos tempos modernos. Você não pode atribuir somente à família isto.

O primeiro lugar onde você sente esta dificuldade não é porque não consigo comprar um celular, não é porque não consigo comprar uma calça, é porque eu não consigo comprar o meu feijão com arroz. É onde bate, é aí que você vê a situação. A crise chega quando você já não consegue mais abastecer o seu armário, você não consegue ter o mínimo. O mínimo do mínimo!”

Começaremos a abordagem desta categoria indicando os principais problemas vivenciados e relatados pelos gestores regionais, sendo os principais deles a vulnerabilidade e riscos sociais, que apareceram nas narrativas como problema social generalizado dentro da cidade, mas que atingem de forma crônica e mais intensa os bolsões de extrema pobreza, como, por exemplo, as comunidades 29 de outubro, no bairro Caximba, localizado na regional Tatuquara; também, na regional Bairro Novo, as localidades 23 de agosto, Unidos do Umbará, Ganchinho, além de áreas de reassentamento (FIGURA 15).

FIGURA 15 - EXEMPLO DE TÓPICO RELACIONADO À DIMENSÃO ACESSO



Estes bolsões, em geral, concentram-se em áreas de ocupação irregulares, também presentes em todas as regionais, como fruto, muitas vezes, da falta de urbanização e ocupação destes territórios com outras finalidades. Novamente a título de exemplo, segundo relatos dos participantes, somente na regional Cajuru estima-se que existam entre 15 a 20 destas comunidades.

Além dos territórios, foram citadas como vulneráveis as populações de migrantes e refugiados, em geral jovens, com baixa escolaridade, submetidos muitas vezes a trabalhos indignos, subocupação ou desemprego. Segundo os participantes, muitas destas famílias são assistidas por programas sociais e têm registro no Cadastro Único de Benefícios Sociais (CadÚnico).

O mapeamento destas áreas e populações para subsidiar as ações do poder público é indispensável segundo os participantes, bem como a necessidade de se considerar a diversidade cultural e etnias destes povos no planejamento e execução de políticas. Entretanto, a carência de recursos humanos foi apontada como impeditivo.

A insegurança alimentar e nutricional, nestes casos, sob a perspectiva de acesso aos alimentos, é evidente nestas comunidades, especialmente sob dois aspectos que se retroalimentam:

3.1.1 Abastecimento

“Qual é o primeiro benefício dentro da assistência social que é requisitado? É o subsídio alimentar, porque é sobrevivência!”

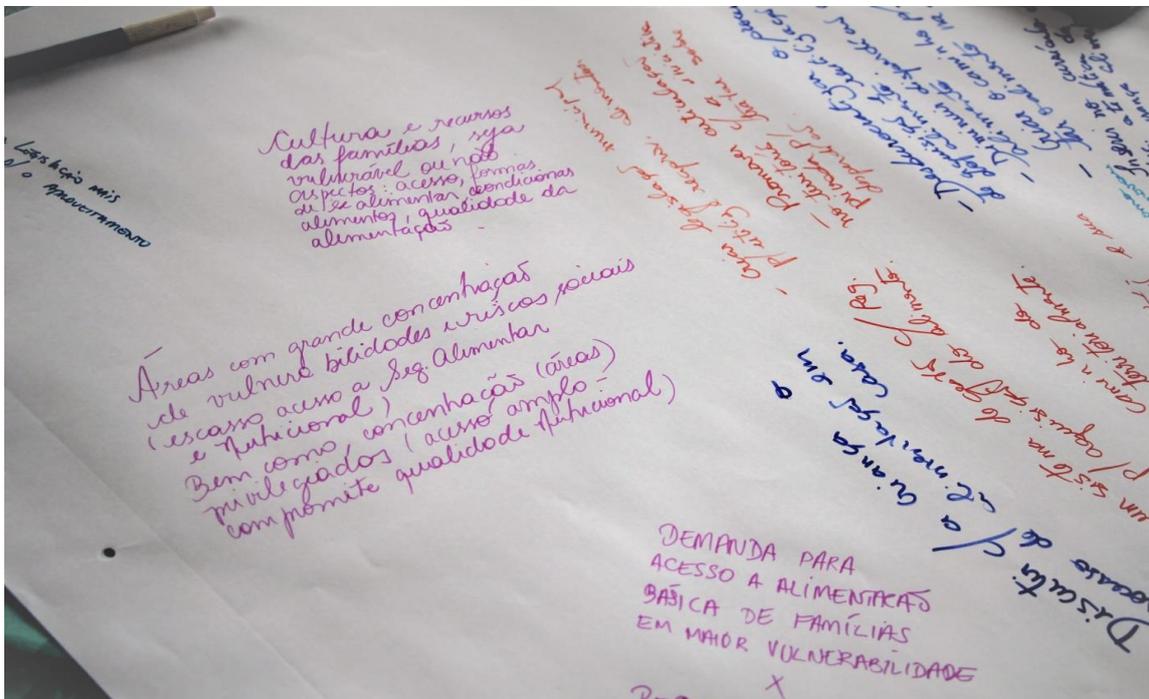
“Uma família que depende do Bolsa Família não tem opção para comprar alimentação digna.”

Especialmente pelo descompasso entre demanda e restrição orçamentária, que se traduz em dificuldades financeiras para aquisição de alimentos e incerteza de estabilidade. Também pela presença de desertos alimentares nas regiões mais vulneráveis, especialmente naquelas situadas na periferia da cidade (FIGURA 16 a, b).

FIGURA 16 - DISCUSSÃO SOBRE A CATEGORIA ACESSO AO ALIMENTO



(a)



(b)

Estas famílias caracterizam-se pela alta dependência de mecanismos de proteção social, incluindo programas de transferência de renda e políticas emergenciais envolvendo doação de alimentos. Estas últimas, segundo os participantes, suprem a

carência apenas pontualmente e, se utilizadas como mecanismo prioritário de ação do Estado, acabam dificultando a emancipação e autonomia destas populações.

Fazemos aqui um adendo para destacar outro grupo que sofre com dificuldades de acesso, o das pessoas com necessidades alimentares especiais, seja pela dificuldade em encontrar os alimentos de que necessitam, seja pelos preços muitas vezes proibitivos dos mesmos, ou pelo desconhecimento, que leva ao preparo inadequado e consequente consumo de alimentos contaminados.

3.1.2 Renda e condições de vida

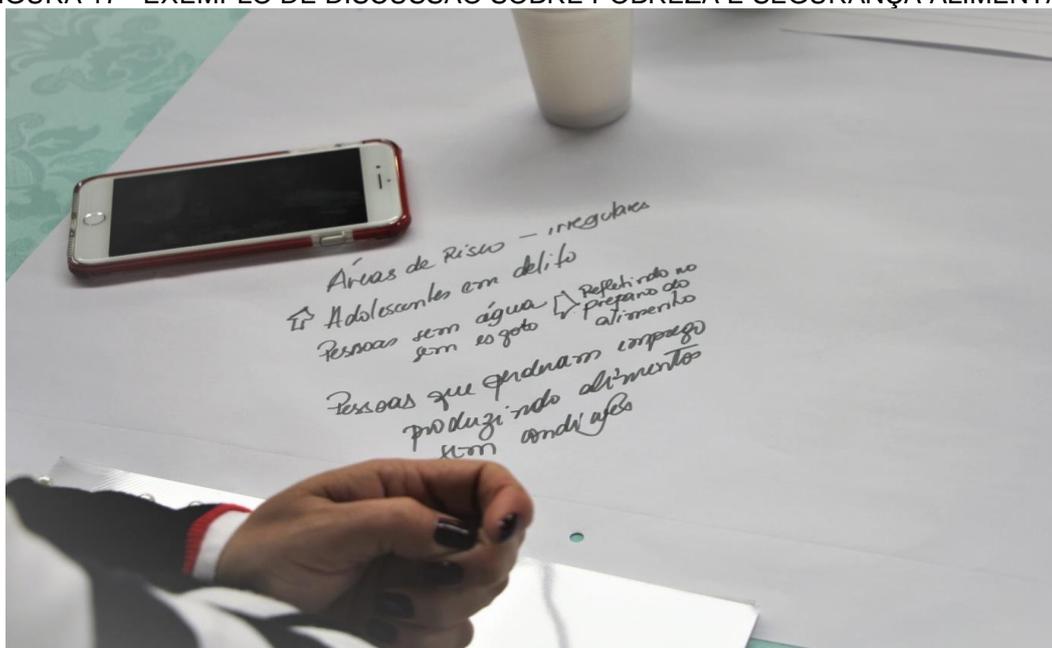
Neste tópico foram abordadas questões estruturais presentes nas comunidades, que, assim como o abastecimento alimentar, funcionam como armadilhas da pobreza. Uma delas foi a violência, juntamente com a presença de facções criminosas, fenômeno decorrente, segundo os participantes, sobretudo das dinâmicas familiares que tem como pano de fundo a própria condição de pobreza que, por sua vez, relaciona-se diretamente à insegurança alimentar. Esta condição acaba por dificultar a implementação de políticas públicas e coloca a atuação dos burocratas de rua em risco.

Também foi muito discutida a presença de bolsões de extrema pobreza, já mencionados anteriormente, distribuídos em toda a cidade. Nestes locais, a ocorrência de moradias indignas que, em muitos casos não têm sequer saneamento ou acesso a bens de consumo básicos, aliada à sua construção em áreas de risco foi apontada como mais um dos elementos que perpetuam o ciclo da pobreza (FIGURA 17).

“Acho assim, que se a gente continuar entendendo a segurança alimentar como uma transversalidade...a gente tem umas áreas do [regional] Cajuru irregulares, muita moradia irregular e isso acaba refletindo diretamente na questão da segurança alimentar, quando eles, por exemplo, não têm acesso. A gente tem algumas situações que nem a fogueira eles têm acesso, questões sanitárias de ligação de esgoto.”

“Essa questão de estar numa ocupação irregular também é uma insegurança para eles, que a todo tempo eles estão reconstruindo um pedaço da casa, destruindo outro pedaço, refazendo uma ligação, é...quebrando o que já tinha...Eu acho que é isso, de um jeito ou de outro isto acaba repercutindo no preparo do alimento, no acesso né. Então, a questão social acaba impactando diretamente na renda né, em vez de tá a renda voltada para o alimento né. Imagina você estar fazendo uma obra [indeterminadamente], ficam construindo e reconstruindo o tempo inteiro.”

FIGURA 17 - EXEMPLO DE DISCUSSÃO SOBRE POBREZA E SEGURANÇA ALIMENTAR



Em meio a este panorama, a solidariedade e a construção de redes de apoio entre os membros destas comunidades apareceu como um aspecto salutar. Paradoxalmente, a sensação de “não pertencimento” foi apresentada como extremamente perversa às relações humanas e dificultosa à aproximação do poder público junto a estas populações:

“Uma coisa que me chamou a atenção e que até agora não tinha aparecido nas outras reuniões foi a questão...da característica solidária da sociedade, principalmente nas áreas de maior vulnerabilidade né. Alguns técnicos mencionaram bastante isto, a questão da sociedade solidária de Curitiba em relação a estes pontos bem críticos da pobreza. É... e uma coisa que me serviu muito, para o que eu pesquiso em teatro, foi a questão do pertencimento né. O sujeito age na comunidade, ou se interessa, ou se importa em mudar um pouco a sua realidade se ele se sentir pertencente àquele lugar. E houve muitos comentários de que as pessoas não se sentem pertencentes ao ambiente. Eu gosto muito de um antropólogo e também arquiteto e urbanista francês chamado Marc Augé, que ele foca muito nos não lugares...e ele fala muito destes não lugares né. E de como pessoas que não são enraizadas, que não estão enraizadas naquele local onde vivem, elas não criam história, não se preocupam em construir algo naquele lugar... E existem muitas famílias que não possuem internalizada em si a questão de ‘eu pertencço a este lugar, eu construo algo, eu modifico, eu crio história neste lugar porque eu faço parte dele’.

...e hoje eu vi lá colocado né, na questão de famílias que não pertencem, não se sentem pertencidos...

Um ponto que eu queria mencionar sobre o pertencimento, sobre pertencer ao lugar. Tem um outro dramaturgo que eu acho bem interessante, que é o Edward Bond, e ele tem um texto, não me lembro agora o título daquele texto..., mas ele fala muito da criança que cresce. E o crescimento da criança, inicialmente, ele tem a mãe como sendo o mundo todo dela. É a mãe, né. E depois que há ruptura, que a gente cresce, a gente quer buscar no mundo qual é o nosso lar, não é?...Isso entra na questão do pertencimento ao lugar novamente né, é, é uma busca das pessoas, talvez uma busca natural dentro da sociedade você ter o seu lugar né, o seu lugar para chamar de seu, não é isto? É...então, é... se a gente identifica que, e eu ouvi isto hoje lá, as pessoas não se sentem pertencentes ao local, eles podem ter casas, mas não um lar, compreendem a diferença? Porque, é, são passageiros. Aí eu volto a linkar com a questão do não lugar, né. O não

lugar, exemplificando um pouco, é... aeroportos, lanchonetes de beira de estrada, lugares de passagem, lugares onde as pessoas não criam história, porque não se sentem pertencentes. É o tal 'lugar no mundo!'"

Não obstante, outra armadilha da pobreza identificada pelos participantes diz respeito ao trabalho. O desemprego e a realização de atividades informais, como catação de materiais recicláveis, foram os pontos centrais das discussões.

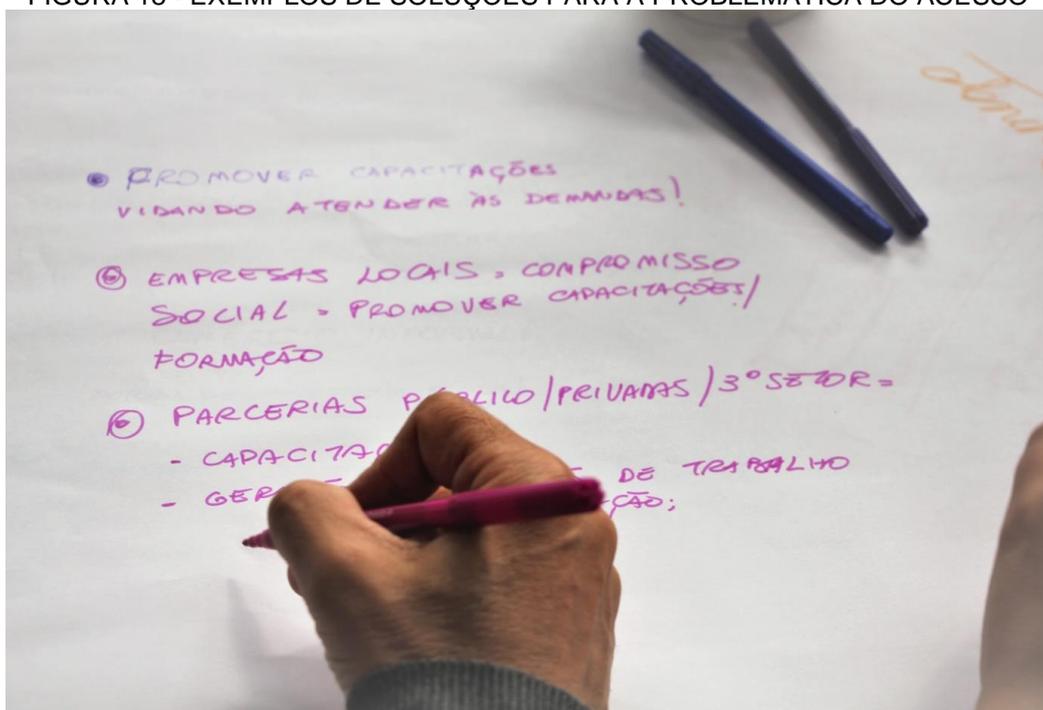
"No CIC a gente observa uma grande contradição: grandes indústrias, que geram muito dinheiro ao município e as pessoas do entorno são vulneráveis e não conseguem emprego, pois não têm conhecimento."

Como soluções foram apontadas parcerias com as empresas próximas às comunidades para promoção de capacitações e cursos de formação voltados para o atendimento às necessidades do mercado de trabalho local (FIGURA 18 a, b), especialmente em indústrias, além do planejamento e execução de mais políticas que promovam a autonomia e emancipação destes sujeitos, combinando estratégias que ataquem causas imediatas, mediatas e básicas dos problemas, superando-se, assim, a contumaz, e muitas vezes equivocada, ideia das políticas públicas como ações puramente assistencialistas e substituindo-a por uma perspectiva transversal de garantia de direitos.

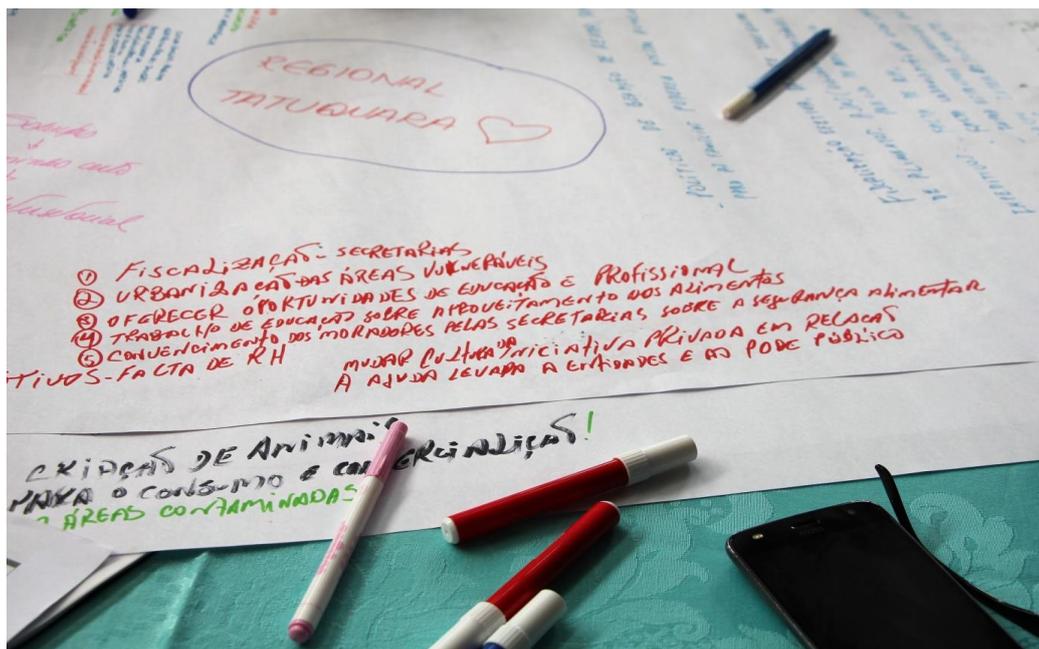
"Até porque, para atacar a vulnerabilidade, você tem que dar condições de emprego, de renda, etc, e que não é de uma política só, são de várias políticas."

"Tem questões que são emergenciais, a fome não pode esperar! Daí você parte para outras ações"

FIGURA 18 - EXEMPLOS DE SOLUÇÕES PARA A PROBLEMÁTICA DO ACESSO



(a)



(b)

Entre as ações imediatas, foram sugeridas a ampliação do valor do subsídio alimentar para a compra nos Armazéns da Família (“Precisa repensar o valor do subsídio alimentar com acréscimo de orçamento pela SMAB”), ampliação do Programa Câmbio Verde, diagnóstico da oferta e qualidade dos alimentos disponibilizados e identificação do caminho do alimento nos territórios.

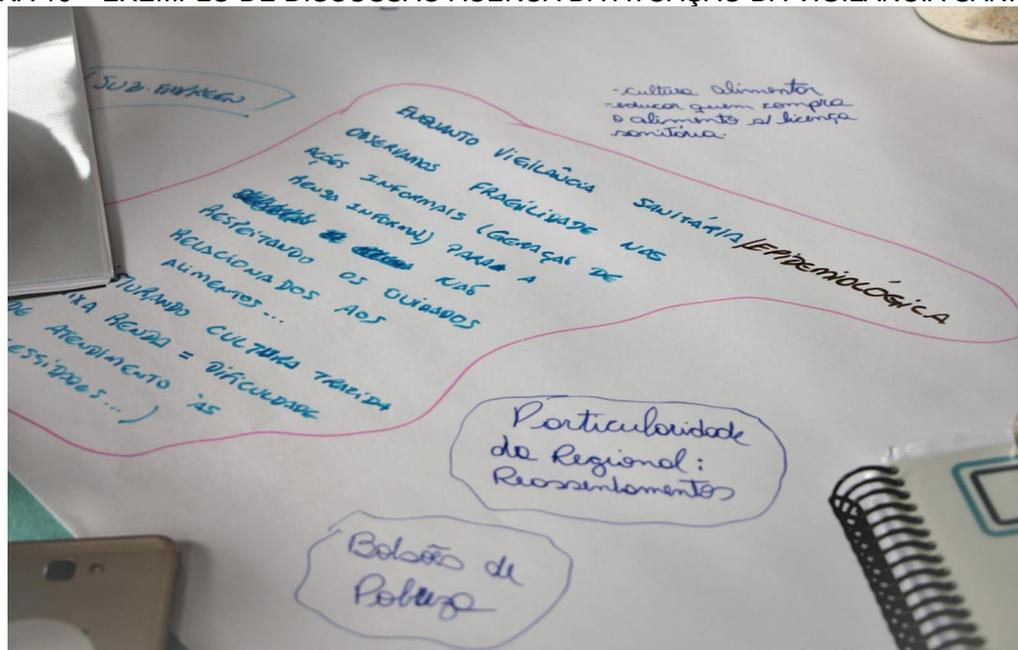
Chamou a atenção a quantidade de relatos sobre o comércio ambulante, além de falas acerca de pessoas que, ao ficarem desempregadas, viram a produção e comercialização de alimentos, ainda que de maneira informal, como única opção de sobrevivência.

Técnicos da Vigilância sanitária relataram muita dificuldade em acessar estes estabelecimentos. Segundo eles, a Prefeitura ainda é vista como punitiva pela população e, por outro lado, não há recursos humanos o suficiente para mapear esta demanda (FIGURA 19).

“Essa questão da renda, da vigilância sanitária também, uma questão importante são as pessoas que perderam o emprego, que resolveram fazer alimentos, ou montar um boteco, ou montar um restaurante e não têm nenhum tipo de preparo ou conhecimento para fazer aquilo. Então, a gente [vigilância sanitária] trabalha muito a educação, com atividades educativas, mas é uma dificuldade que a gente viu principalmente agora nestes anos, que teve essa crise, que muitas pessoas abriram [estabelecimentos] na casa delas, sem a menor condição, e a gente tem essa dificuldade de manter pelo menos um alimento minimamente seguro para comer.”

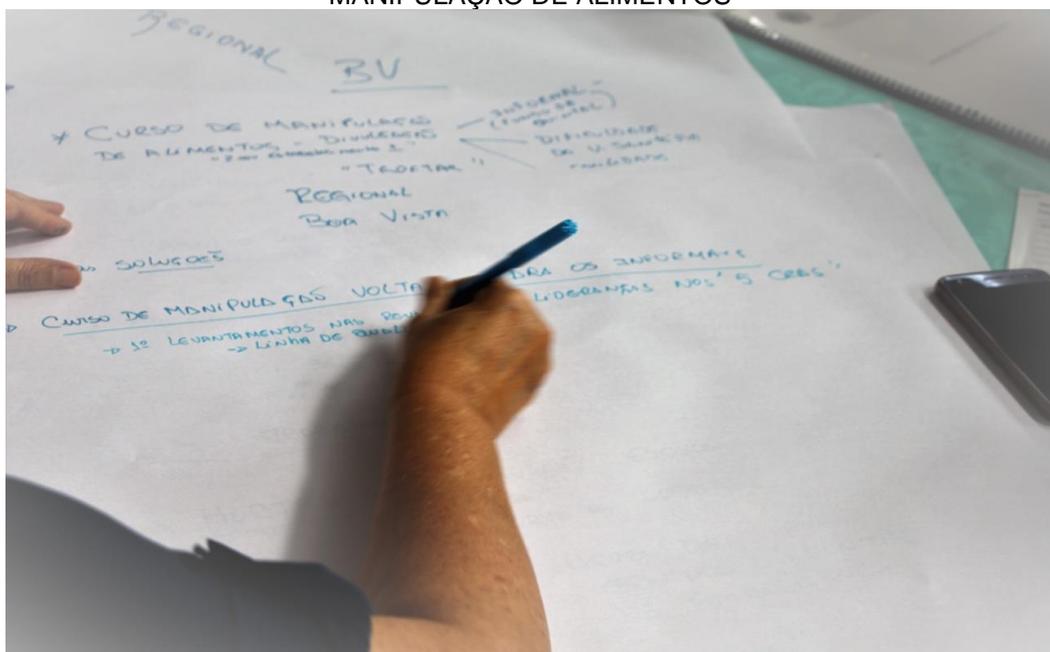
“Ao mesmo tempo que a gente tá falando de dificuldades financeiras né, e aí a gente vê a pessoa tentando fazer o alimento para tentar sobreviver, para ‘se virar’, não por má fé, e, aí, a gente não consegue fazer com que ele ‘se vire’ de forma adequada, a não levar insegurança [alimentar] para as pessoas que consomem os alimentos. É complicado!”

FIGURA 19 – EXEMPLO DE DISCUSSÃO ACERCA DA ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA



No intuito de dirimir estes problemas, foi afirmada por diversas vezes a importância da oferta de cursos de boas práticas na manipulação de alimentos (FIGURA 20), hoje disponibilizados presencialmente ou à distância (*online*), além das orientações realizadas *in loco*. Também foi discutida a necessidade de apoio por parte dos técnicos a estas pessoas, bem como o mapeamento de estabelecimentos clandestinos através de parcerias entre órgãos municipais, como a Secretaria Municipal do Abastecimento, através dos dados do cadastro no programa Armazém da Família.

FIGURA 20 - EXEMPLO DE DISCUSSÃO SOBRE CURSO DE BOAS PRÁTICAS NA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS



Como exemplo de parceria exitosa, foi citado o caso da regional Boa Vista, onde houve este mapeamento durante o processo de implantação de uma feira para empreendimentos locais. Como condicionalidade para a participação no projeto, os interessados receberam cursos de boas práticas antes de iniciar a comercialização de seus produtos. Um dos relatos foi sobre as mudanças observadas em uma senhora que comercializa pães no bairro. Após a capacitação e inclusão na feira, a mesma, além da visível melhora na segurança sanitária de seus produtos, houve um incremento nas vendas, que chegam, hoje, a 100 pães/dia.

Também foi citado o programa “Educar para Regularizar”, da Prefeitura Municipal de Pinhais, na Região metropolitana de Curitiba, como iniciativa pioneira no sentido de ações educativas aplicadas na prática, diretamente no estabelecimento. A efetividade deste tipo de atuação, que busca não somente “*mandar fazer*”, mas aliar teoria e prática, com atuação conjunta dos órgãos da Administração municipal, em comparação às tradicionais palestras foi consenso entre os participantes.

“Sou contra palestras, não gosto! Acho que não tem nada a ver, as pessoas não aprendem! Eu quero conversar para tirar dúvidas, não quero explicar o que eu sei, porque eu já sei! Mas, enfim, é bem difícil de mudar essa coisa de palestra, de chamar a população. De verdade, eu já pensei em várias alternativas.”

Um obstáculo ao avanço destas novas práticas, além da deficiência de recursos humanos, foi a baixa autonomia dos técnicos em relação à tomada de decisão e a diferença na abordagem dos fiscais da vigilância sanitária em cada região da cidade, além da difícil aplicabilidade da legislação de alimentos, vista como falha em muitos aspectos. Segundo os presentes, é necessária a implementação de um protocolo de atuação, a ponderação entre fatores que interferem na insegurança sanitária dos alimentos, e a ampliação da discussão sobre segurança alimentar e nutricional no âmbito de atuação da vigilância sanitária.

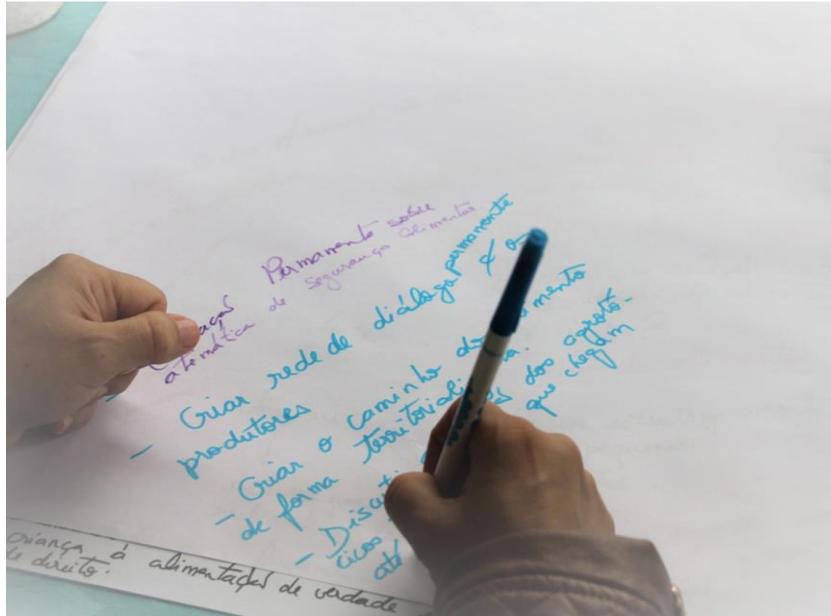
“A postura da vigilância precisa mudar. Se a gente quer ter segurança alimentar, ..., eu preciso dar renda para aquela população. Então, eu não posso fechar o lugar, eu tenho que ajudar ele a crescer...Porque às vezes a penalidade, a punição, já é a própria vida dele.”

Outras questões relacionadas à vigilância sanitária foram a necessidade estabelecer uma rede de atuação junto aos produtores rurais, com a integração de estratégias entre municípios, especialmente em relação à saúde do trabalhador e monitoramento do uso de agrotóxicos (FIGURA 21 a). Também àquelas relacionadas à falta de procedência de carnes comercializadas principalmente na periferia da cidade (especialmente nas regionais do Pinheirinho e Tatuquara - FIGURA 21 b), onde também há presença de remanescentes de criações animais, que, segundo os participantes, têm suas carnes contaminadas (todavia, os presentes não descreveram ou especificaram o tipo de contaminação); necessidade de levar informações até os consumidores de forma

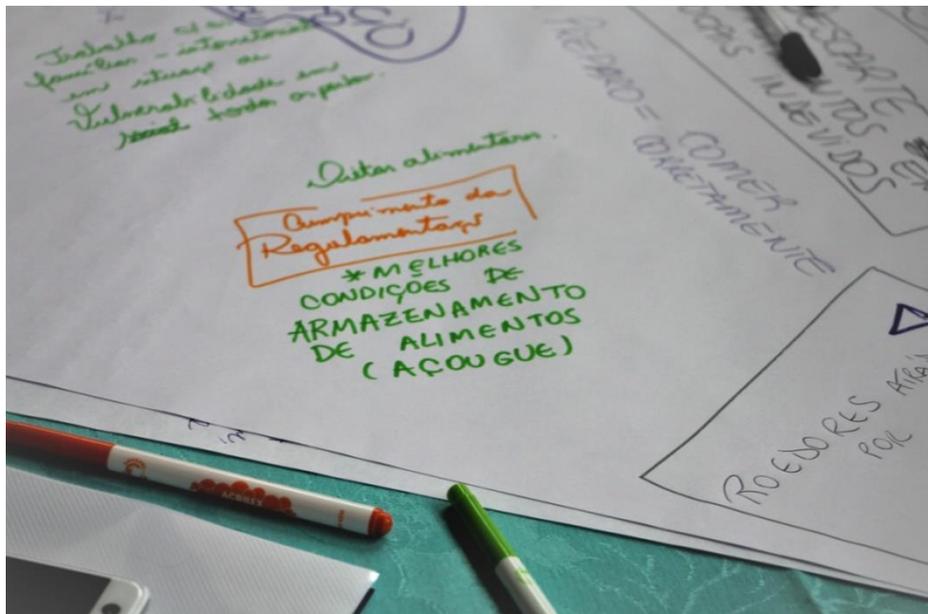
lúdica, prática e objetiva; além do dilema enfrentado pelos técnicos em relação aos desertos alimentares.

“A vigilância sanitária tem a sensibilidade de entender que muitas vezes aquele mercadinho totalmente irregular e sem condições sanitárias é o único local de acesso aos alimentos daquela comunidade.”

FIGURA 21 - EXEMPLOS DE QUESTÕES RELACIONADAS À QUALIDADE HIGIÊNICO-SANITÁRIA DOS ALIMENTOS



(a)



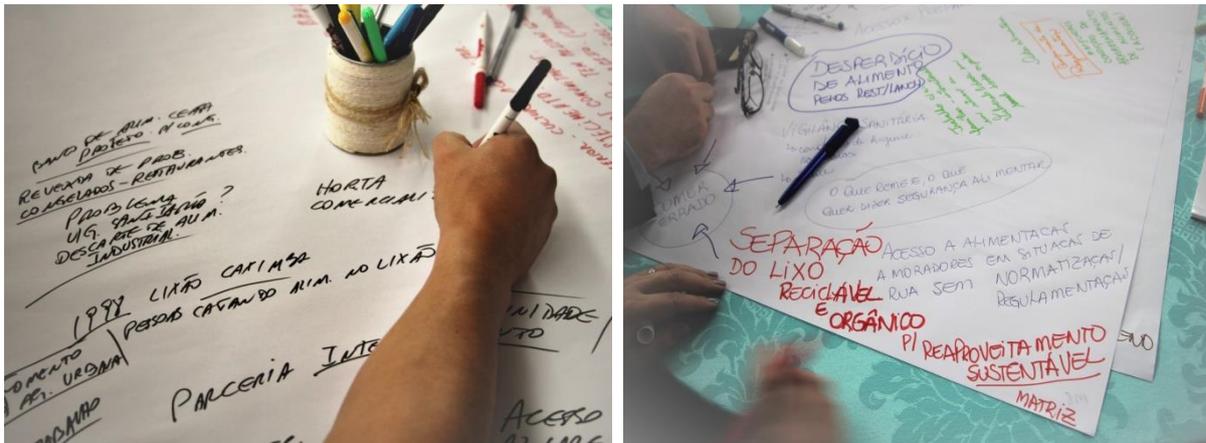
(b)

O desperdício e descarte irregular de alimentos também foi pauta das conversas (FIGURA 22 a, b, c). Levantou-se a necessidade de regulamentação das doações, visto que muito do desperdício se dá por entraves burocráticos (*“A legislação tinha que ser*

mais maleável para a doação de alimentos”), bem como de estratégias visando o aproveitamento integral dos alimentos e gestão de resíduos na perspectiva do ciclo dos alimentos.

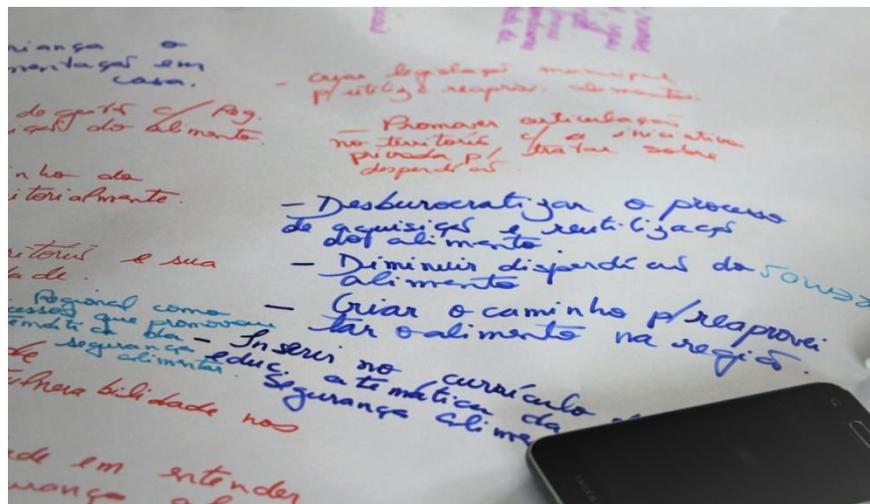
Nesse sentido, o Programa Câmbio Verde foi citado como modelo de estratégia onde há alinhamento e potencialidade para congregar elementos relativos à alimentação, nutrição e meio ambiente.

FIGURA 22 - EXEMPLO DE DISCUSSÃO SOBRE A TEMÁTICA DO DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS



(a)

(b)



(c)

3.2 INTERSETORIALIDADE

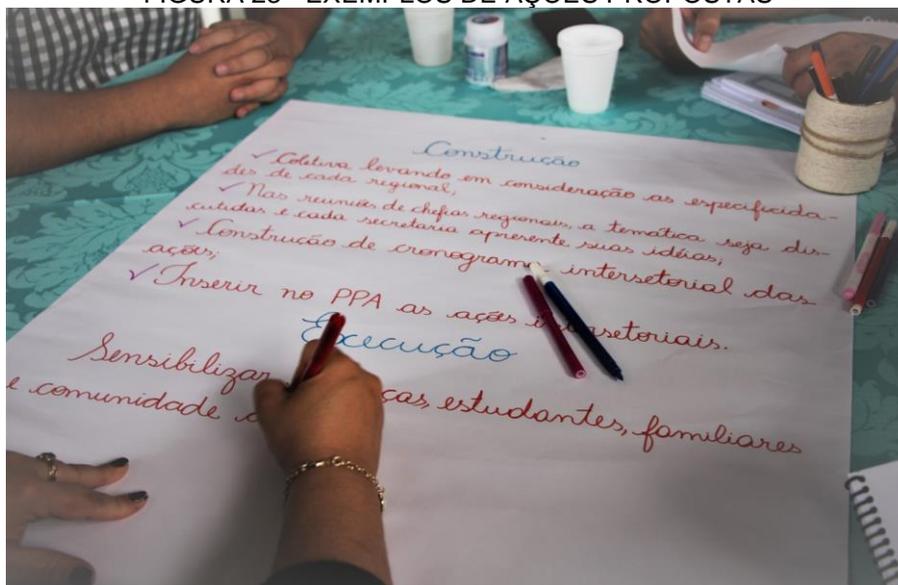
“A gente, todo mundo sabe, da importância, a gente, todo mundo fala isso nas regionais, mas na prática as coisas não, acho que não funcionam. O trabalho intersetorial acho bem importante, essencial!”

“Cada um faz o seu mas não se integra, assim o trabalho existe mas não é eficaz.”

“Você não faz, você não atende uma família na sua integralidade se você não trabalhar intersetorialmente.”

Assim como no encontro entre a câmara técnica da CAISAN, realizado em 04 de abril de 2019, foram unânimes entre os gestores regionais a necessidade de trabalhar, efetivamente, de forma intersetorial e de colocar as ações em prática na medida em que o plano é construído (FIGURA 23).

FIGURA 23 - EXEMPLOS DE AÇÕES PROPOSTAS

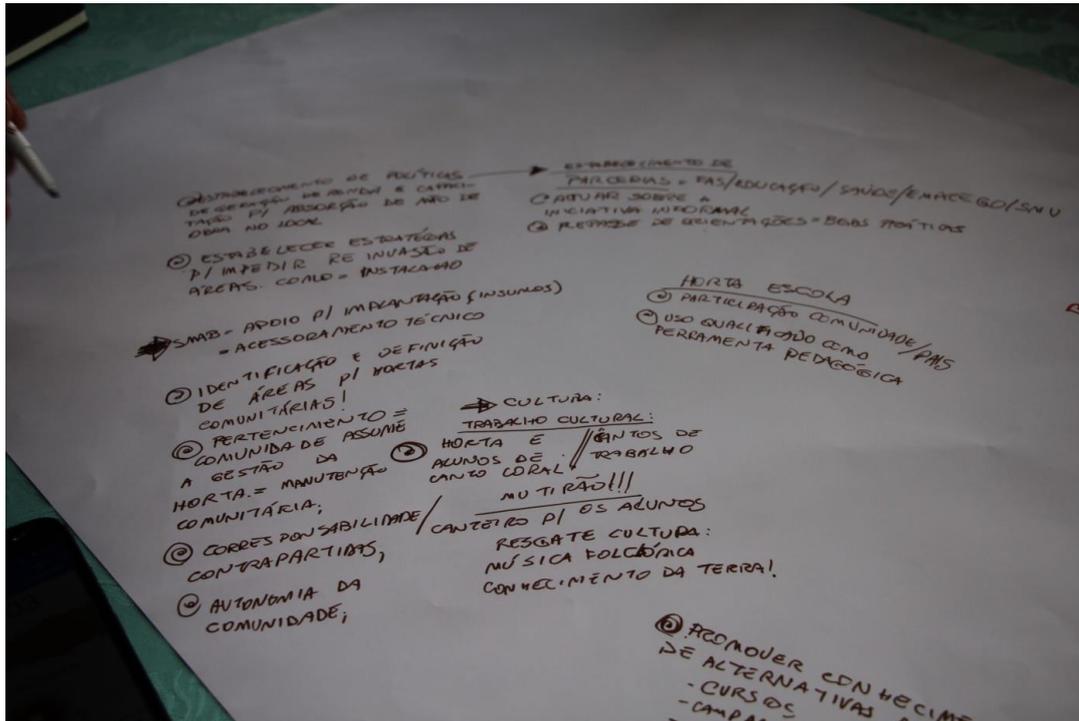


Os participantes questionaram por diversas vezes a falta de autonomia dos servidores que atuam nas regionais, especialmente àqueles que trabalham no nível de rua, em relação à tomada de decisão acerca da formulação de políticas, no sentido de que os programas e ações são construídos, muitas vezes, sem um olhar para as diferentes realidades presentes na cidade e implementados dentro do modelo denominado como *top-down* (“de cima para baixo”).

Isto, segundo os participantes, reflete-se em ações fragmentadas e desarticuladas em nível local, que acabam por oferecer poucas opções de soluções para problemas geralmente complexos. Como exemplo foram citados os casos das hortas comunitárias e do discurso recorrente em relação à educação nutricional nas escolas. Este último será abordado na categoria “Conceito de Segurança Alimentar e Nutricional e a Educação Alimentar e Nutricional”.

Segundo os participantes, muitas vezes “a horta é vista como a verdadeira *salvação da lavoura!*” em relação à articulação entre diferentes políticas e no atendimento às necessidades de Segurança Alimentar e Nutricional da população. Todavia, foi relatada a dificuldade em tornar as hortas urbanas de fato comunitárias, ou seja, em fazer com que os grupos se apropriem do espaço, bem como de transformá-lo, de fato, em uma política intersetorial (FIGURA 24).

FIGURA 24 - EXEMPLO DE QUESTÃO REFERENTE À AGRICULTURA URBANA



Em geral, há poucos interessados em sua manutenção, o que acaba personificando a iniciativa em um ou dois indivíduos e não em uma coletividade, o que remete novamente à questão do pertencimento, descrita no item anterior. Além disso, deve-se considerar também o fato de que “cada regional tem uma dinâmica diferente em relação às hortas”.

“A demanda deve ser legítima [em relação às hortas escolares]. Ao mesmo tempo em que criticamos e percebemos que alguém [da comunidade] tem que querer, acabamos puxando tudo para a escola”

“Muita gente acha que é fácil implantar uma horta, mas não é. Porque você tem que ver toda a questão da aceitabilidade da comunidade do entorno... às vezes você compra briga com comerciante porque você tá implantando uma horta comunitária. Porque aquele comerciante que vende verdura lá, o alface, a cebolinha, vai achar assim: ‘Pô, mas vocês tão tirando a minha clientela!’”

“...você fica meses atrás de pessoas para tocarem a horta e não consegue. Às vezes só uma pessoa cuida, mas na hora da colheita todo mundo aparece.”

Este problema se repete em relação às hortas escolares, onde, muitas vezes, quando o servidor responsável deixa de atuar no local, o projeto acaba. Uma das soluções seria a criação de um protocolo com critérios específicos como, por exemplo, a indicação de mais de um responsável pelo projeto. Este procedimento otimizaria a disposição dos recursos disponíveis.

Outro ponto levantado foi o fato de que não é permitido às crianças consumir os alimentos produzidos nas hortas na merenda escolar, o que pode ser solucionado,

segundo os participantes, através da disponibilização da produção para consumo nas residências dos escolares.

A necessidade de assistência técnica também perpassa o processo prévio à instalação das hortas, através da verificação das condições dos terrenos e orientação às comunidades sobre riscos de contaminação dos alimentos, cuidados necessários com o local e higiene dos alimentos, especialmente pelo elevado risco de contaminação por leptospirose.

A implantação de hortas em áreas de preservação permanente (APP) foi outra questão preponderante nas discussões. Segundo os participantes, é preciso quebrar algumas resistências em relação a este tópico, pois, muitas vezes *“se deixa de fazer a horta e o terreno acaba virando depósito de lixo”*. Nesse sentido, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente foi apontada como ator chave neste processo, devendo assumir um papel ativo em relação às hortas urbanas.

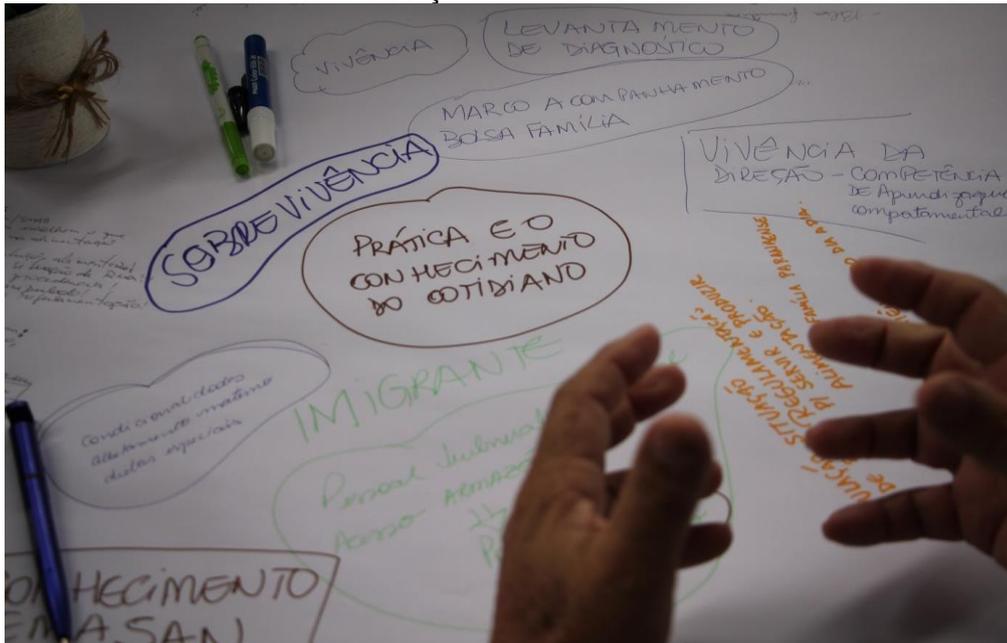
Complementarmente, para superação do atual modelo de planejamento e execução de políticas públicas, foi proposta a construção de ações regionalizadas, decorrentes de um mapeamento da realidade e conhecimento do território de cada regional, além da junção daquilo que tem sido feito em relação à segurança alimentar e nutricional entre os níveis micro (regionais, comunidades) e macro (políticas públicas executadas para a cidade como um todo).

Isto perpassa pelo movimento unificado e contínuo de espraiamento da discussão e do espaço de tomada de decisão sobre as políticas públicas desempenhadas em nível municipal, de forma a ampliar o repertório dos técnicos, ao mesmo tempo em que os olhares sobre as falas da população são afunilados, evitando, assim, retrabalho e favorecendo melhor uso dos recursos disponíveis.

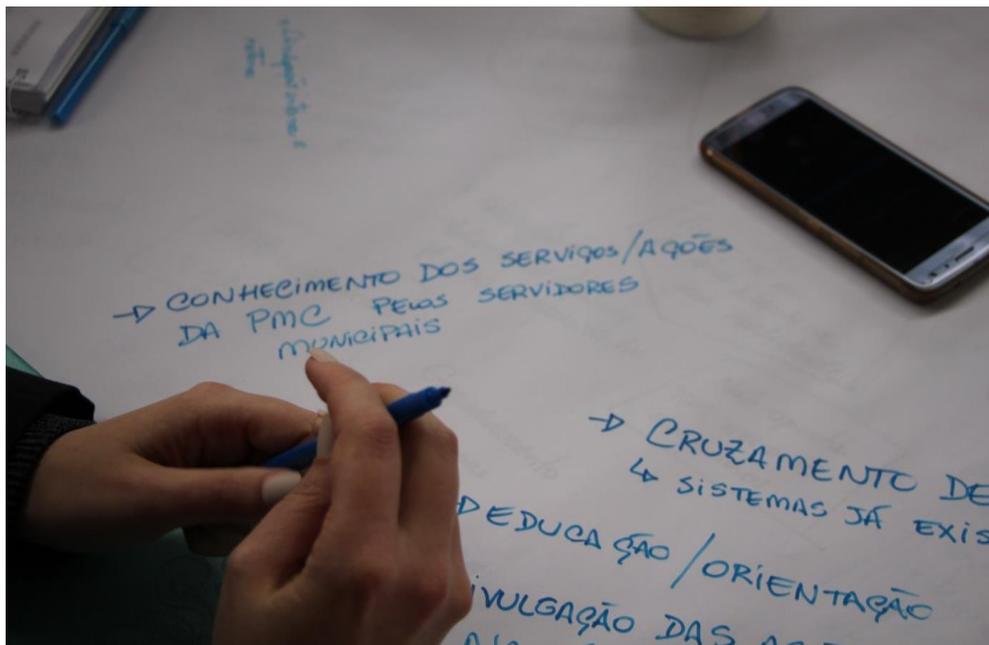
“Acho que a gente tem que entender que nós somos interdependentes. Que é um atendimento da FAS, que vai encaminhar para a Saúde, que enxerga a necessidade e encaminha para o Abastecimento, que Agrega a Secretaria do Esporte e Lazer, de repente a Cultura, a Educação. Então, quando a gente fala de SAN, eu acho que a gente tem que ir além da intersetorialidade, além de falar isoladamente na cooperação que cada política pública pode dar, e sim de que maneira que todo mundo junto consegue chegar no objetivo comum.”

Para tal, é preciso que os profissionais e a população sejam empoderados, dando voz àqueles atores até então ignorados (dentro e fora da Administração), especialmente pela apropriação do conhecimento sobre as diretrizes e o funcionamento dos programas e ações do poder público a partir de uma visão articulada, para, no caso dos burocratas, além da atuação em nível regional ou de rua, que estes atores tenham amparo para realizar o levantamento das demandas legítimas e possam agir sobre elas de forma assertiva (FIGURA 25 a, b).

FIGURA 25 - EXEMPLOS DE AÇÕES SUGERIDAS COMO ESTRATÉGICAS



(a)



(b)

As reuniões de lideranças nos Centros de referência em Assistência Social (CRAS) foram apontados como um dos canais para estas práticas de escuta qualificada. Também foi sugerida a formação de grupos de servidores que atuam nos equipamentos públicos municipais, de diferentes Administrações regionais (FIGURA 26 a, b).

“Temos que ser capazes de encontrar uma solução diferente daquilo que a gente já tem, e não é o que a gente já faz”

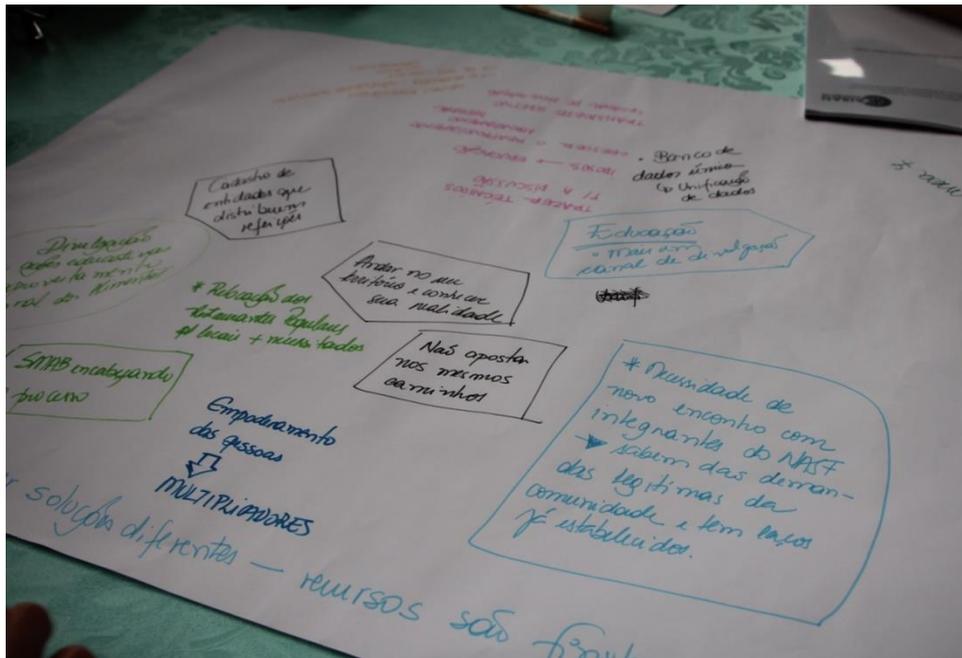
“Muita gente planejando, mas poucos vão de fato ao território”

“Cada um com seu território, cada um com sua realidade!”

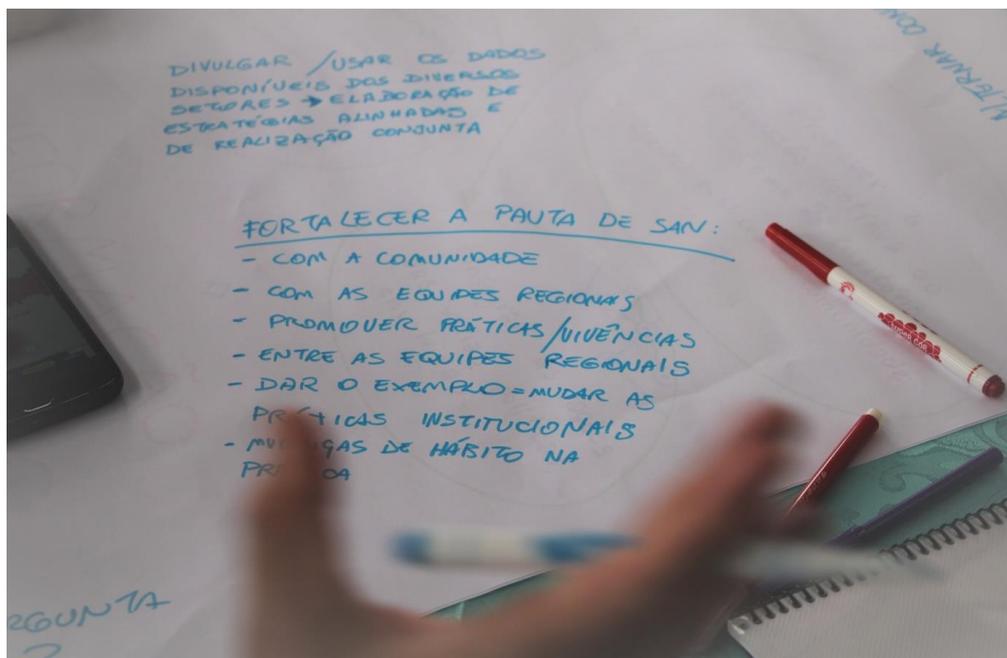
“Como se comunicam as coisas para as pessoas e tenta entender elas naquele universo? Cada regional tem as suas necessidades específicas. E aí, depois, num plano maior é que eu cruzo esses dados”

“...talvez uma equipe do NASF [Núcleo de Apoio à Saúde da Família] de cada distrito [regional] e se reunir sem as chefias, para ver o que trariam de novo!”

FIGURA 26 - EXEMPLO DE COLHEITA ACERCA DA AMPLIAÇÃO DA DISCUSSÃO SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL



(a)



(b)

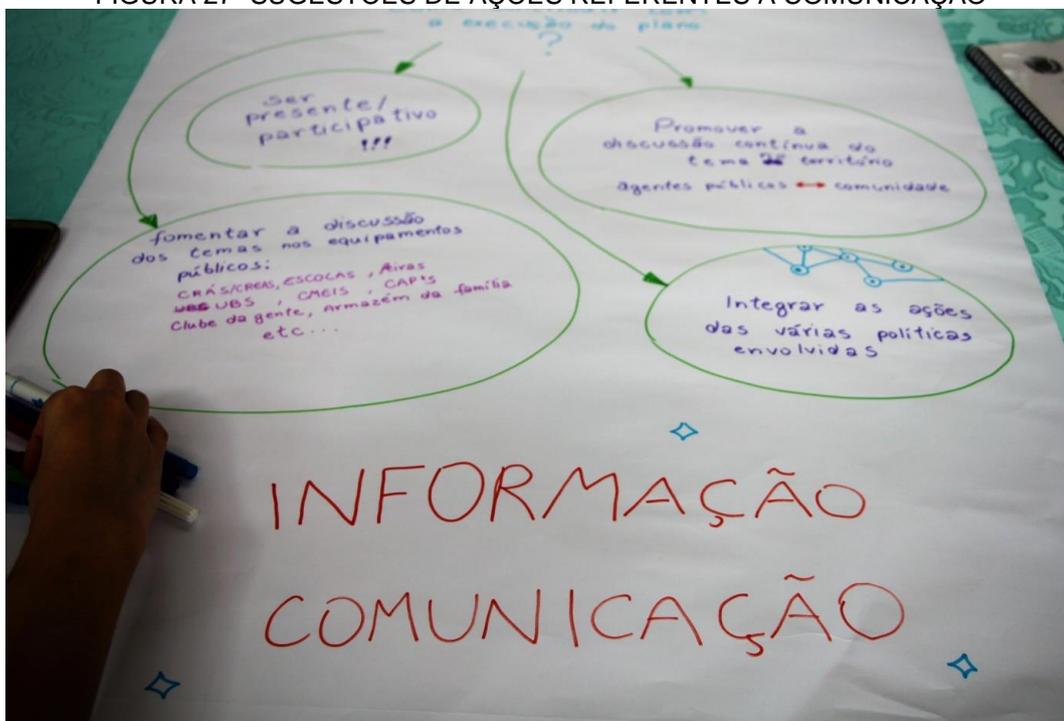
Para que isto aconteça não basta o conhecimento da realidade e o poder para agir sobre ela, mas o exercício constante do respeito e empatia. É preciso também que os

burocratas abram mão de algumas práticas já arraigadas e tenham discernimento para atuar em conformidade com as prioridades e visões de mundo presentes nas diferentes comunidades, sempre observando as diretrizes municipais a respeito da segurança alimentar e nutricional.

“Entender como o lugar funciona, para depois você pensar em ações, de como você diz para ele fazer aquilo que ele já sabe fazer, mas do jeito dele”

Uma das formas encontradas pelos participantes para resolver as questões acima mencionadas foi a melhoria da comunicação e o alinhamento da linguagem dos diferentes órgãos municipais, possibilitando que as políticas públicas com impacto significativo ultrapassem o período de duração dos governos, otimizando recursos financeiros, humanos, entre outros (FIGURA 27).

FIGURA 27- SUGESTÕES DE AÇÕES REFERENTES À COMUNICAÇÃO



(a)

De acordo com os participantes, muitas políticas são descontinuadas a cada mudança na gestão (na *politics*), apesar dos altos investimentos não só financeiros e do fato de que a partir do segundo escalão, os servidores em geral continuam os mesmos. A descontinuidade perpassa a falta de conhecimento das informações (*“Aquilo que é consolidado, que dá certo, dificilmente acaba”*).

Como ferramentas para minimizar este problema, foram citados: Banco de dados estatísticos; linha do tempo das ações e diretrizes municipais; divulgação de boas práticas (ações que dão certo); eleição de ações estratégicas que receberão o foco da atuação.

O Administrador regional foi apontado como figura central neste processo. Como limitante principal foi colocada a insuficiência de recursos humanos e a perspectiva de redução ainda maior do quadro funcional, especialmente pela iminência de muitas aposentadorias.

Diante deste cenário, a consolidação de um modelo colaborativo para a gestão das políticas de segurança alimentar e nutricional, através das parcerias entre governo e sociedade civil foi destacada como necessária, sempre se levando em conta a construção conjunta de soluções a partir das problemáticas que emanam dos diferentes territórios.

Para que isto ocorra, no entanto, é fundamental identificar os movimentos sociais relacionados à temática da política pública em questão, além de lideranças formais e informais dentro daquelas comunidades. Muitos participantes, no entanto, relataram que poucas das associações *“têm trabalho efetivo com a população, se apropriam do nome, mas não do trabalho”*. Estes atores chave devem idealmente ter laços com a comunidade, para legitimar as ações do poder público junto à população, de forma que esta se aproprie dos espaços e ajude a cuidar deles.

Como exemplo, foi citada uma ação desenvolvida na regional Boa Vista, onde se realizou um trabalho de divulgação dos programas e ações da Administração municipal junto aos comerciantes para que estes replicassem as informações para a população. Foram visitados cerca de 1.400 estabelecimentos e observou-se que, por exemplo, mais de 50% desconheciam critérios para cadastro dos usuários no Programa Armazém da Família.

Este trabalho junto às lideranças locais, combinado com os ajustes na comunicação interna da Prefeitura, favorece a identificação e ação efetiva sobre famílias vulneráveis ou, caso contrário, daquelas que devem ser descredenciadas das políticas públicas por encontrarem-se fora de critério de eleição.

“Numa horta, no Marumbi II, que tinha 44 famílias e um bom percentual ainda não tinha cartão do Armazém [da Família]. Eu fiquei chocada, assim... como é que pode a gente não ter chego neles ainda, com tanto trabalho?”

“População não utilizava o Programa [Câmbio Verde] porque não sabiam como usar os hortifrúteis, não era um hábito deles.” “Ganham a cesta, mas muitas vezes não tem condição material para preparar o alimento”

“[1] Muitas vezes as famílias não fazem cadastro no Armazém da Família porque não tem como adquirir o alimento mesmo que mais barato”.

“[2] Mas, em algum momento ela tem algum recurso para comprar alimentos e é interessante que possa adquirir onde é mais barato”³.

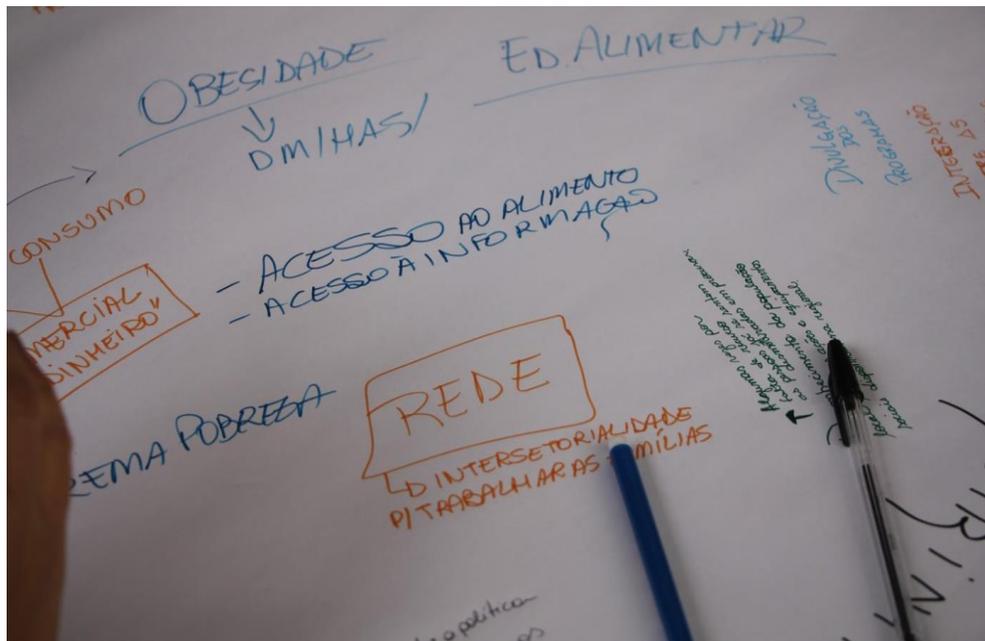
As práticas aqui mencionadas constituem a base para a criação de uma rede de segurança alimentar e nutricional, vista como ação prioritária pelos participantes (FIGURA 28 a, b, c). Isto se daria através de câmaras técnicas regionais e fóruns intersetoriais de

³ I1 e I2 - interlocutores 1 e 2.

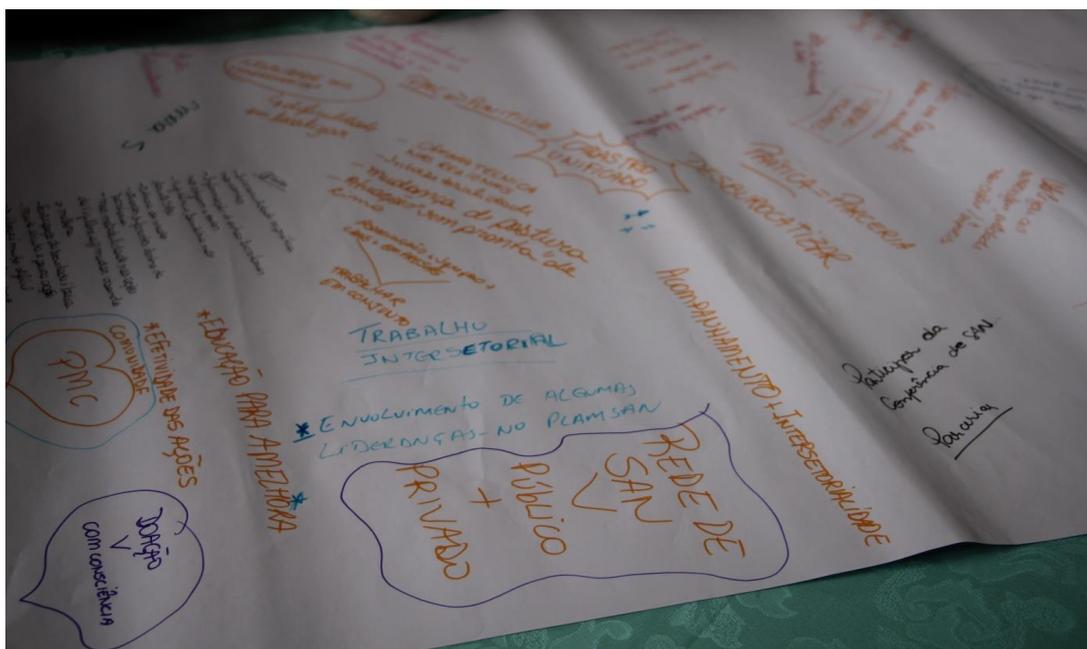
discussão. O foco de atuação desta rede seriam as famílias das regionais em situação de insegurança alimentar, visto que todos os serviços públicos municipais atingem, em última instância, o mesmo público.

“É uma rede de SAN. Tipo, não tem rede de proteção disto, de não sei o que, rede de não sei o que?... Vai ter que formar um cadastro unificado (entidades) e partir para uma rede de SAN! daí vai envolver o setor público e o privado. Porque daí, talvez, você tenha acesso, você melhore a distribuição [de cestas básicas] de quem quer ajudar”

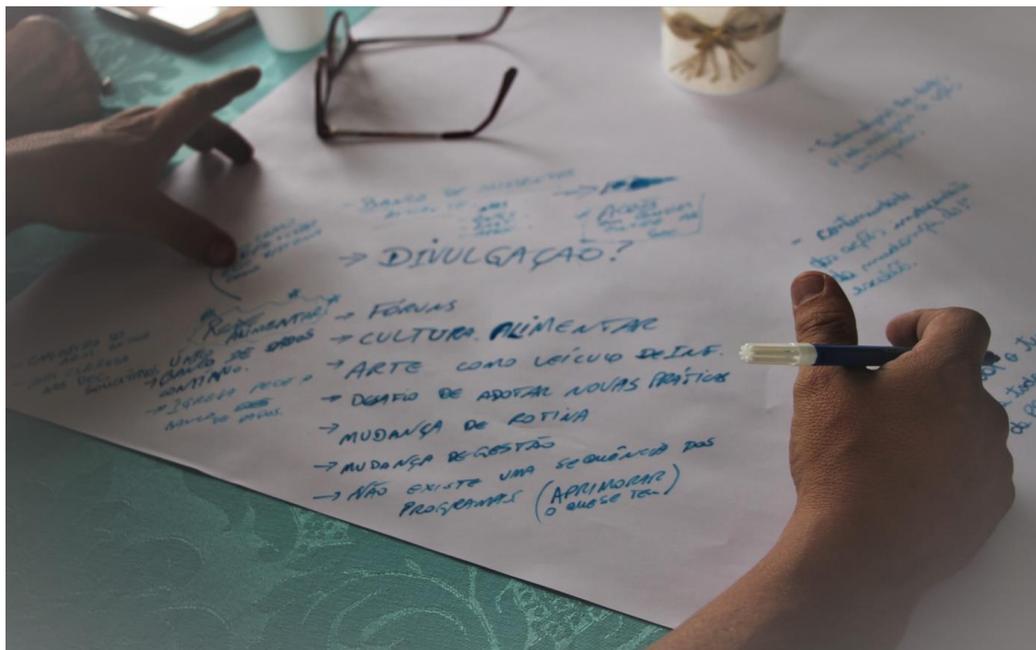
FIGURA 28 - EXEMPLO DE DISCUSSÃO SOBRE REDE DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL



(a)



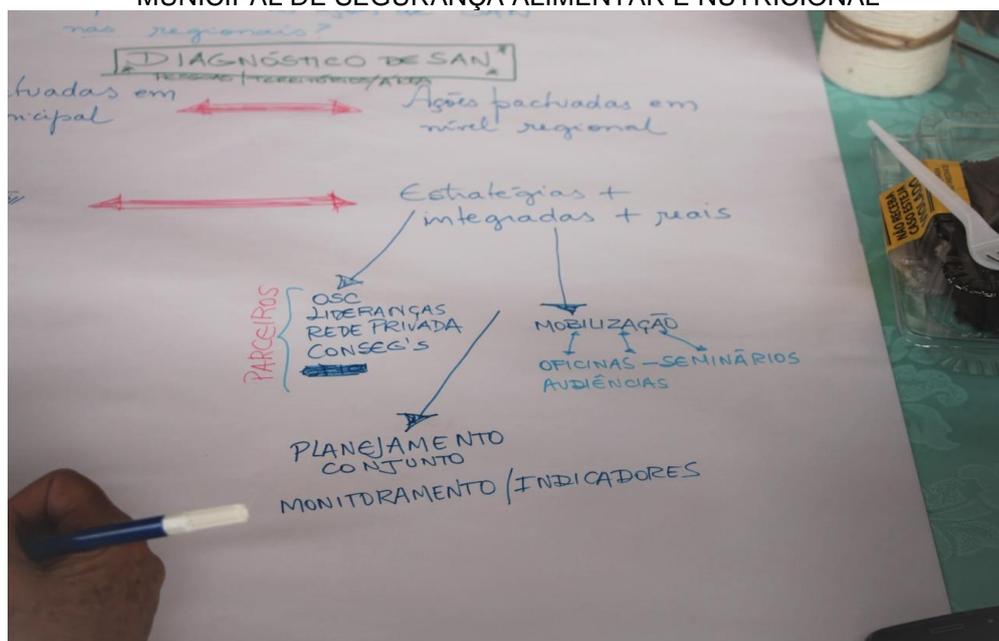
(b)



(c)

Esta rede também teria como atribuições auxiliar no mapeamento e na regionalização das ações descritos anteriormente, além de ser responsável pelo monitoramento da situação da segurança alimentar e nutricional das diferentes regionais de Curitiba. Neste sentido, caberia à Secretaria Municipal do Abastecimento a coordenação do processo, incluindo a sistematização das informações e direcionamento do trabalho (FIGURA 29).

FIGURA 29 - EXEMPLO DE DISCUSSÃO ACERCA DO MONITORAMENTO DO II PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL



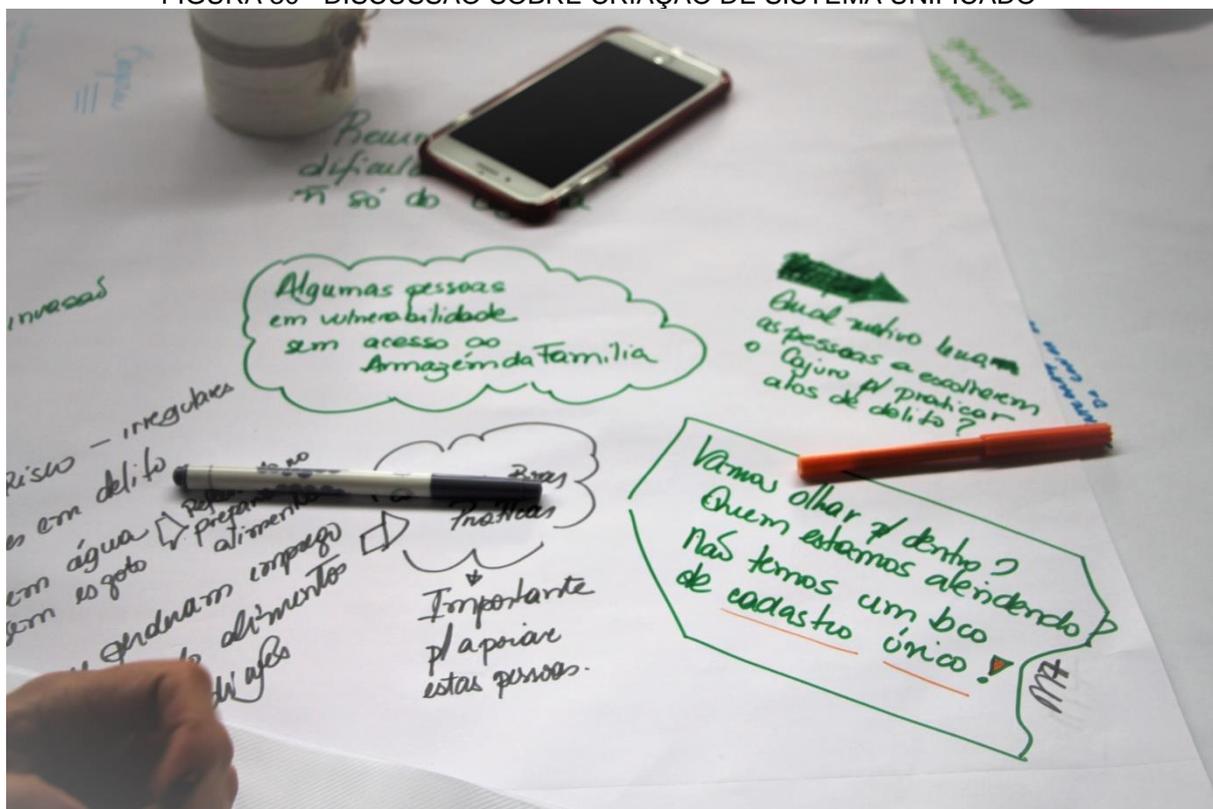
Para materialização disso, novamente foi colocada a necessidade de um sistema unificado para gestão das informações (FIGURA 30). Desta vez, além daquilo já debatido no dia 04 de abril, houve também a sugestão de inclusão de um cadastro unificado capaz de agilizar os encaminhamentos, e que considere também as instituições e entidades sociais e que inclua ferramentas para subsidiar trabalhos com a população em situação de rua.

“Deixamos de atender as famílias porque não temos um cadastro único”

“Saúde trabalha a mesma pessoa que o CRAS trabalha, que a SMAB trabalha. Então, como a gente faz?... se é a mesma pessoa trabalhada em várias Prefeituras”

“Várias famílias vulneráveis já são atendidas pelos programas, mas você precisa de um cadastro único!”

FIGURA 30 - DISCUSSÃO SOBRE CRIAÇÃO DE SISTEMA UNIFICADO



Este sistema permitiria a gestão mais eficiente das políticas e eleição de prioridades em termos de atuação do poder público. Como exemplo de justificativa, foi mencionado o fato de que para se inscrever nos programas da Prefeitura, os usuários muitas vezes levam a mesma documentação em diferentes locais, gerando entraves meramente burocráticos ao atendimento daqueles indivíduos; também, enquanto alguns beneficiários retiram cestas básicas em mais de um local, há insuficiência em outros serviços, que deixam de atender muitas famílias.

Retomando a questão da eleição de ações prioritárias pela rede de SAN, novamente destacou-se a necessidade de pactuação de metas audaciosas a ser perseguidas de forma conjunta e que possibilitem a mensuração do impacto das ações. Como exemplo, citou-se a necessidade de enfrentamento da desigualdade social, onde apenas a política de assistência social não é suficiente para atacar as causas do problema.

“Identificar grandes prioridades, que as 6 políticas da área social (saúde, educação, assistência social, segurança alimentar, cultura e esporte e lazer) possam atacar de forma conjunta...porque a gente já teve grandes movimentos na Prefeitura de planejamento estratégico e situacional, [como o] “Decidindo Curitiba”, tudo focado na intersetorialidade, mas eu acho que a gente ainda não consegue fazer um enfrentamento real.”

“A gente tem que ter essa coragem em definir [grandes] metas para poder realmente ir monitorando os indicadores. E aí não é indicadores de ações né, de quantas ações você vai fazer, mas indicadores de resultado. Ter essa coragem ali de definir os indicadores de efetividade e, aí, se a gente não estiver transformando essa realidade, para e revê o que está fazendo. Não adianta dizer que está fazendo mil ações, quinzentas reuniões e tal.”

Outro tópico recorrente nas falas diz respeito ao questionamento em relação à forma de organização e composição dos recursos financeiros. Segundo muitos participantes, a inflexibilidade na forma como ele é distribuído e utilizado limita muito o trabalho intersetorial, visto que, muitas vezes, recursos são disponibilizados separadamente e a diferentes pastas para um mesmo fim, favorecendo a execução de ações muito semelhantes, mas que não se complementam e atendem o mesmo público em um mesmo aspecto.

“Enquanto a gente trabalhar com uma questão de informação, de recurso, de forma isolada, a gente vai continuar competindo, e às vezes atendendo em duplicidade o cidadão”

Uma sugestão apresentada para a melhoria deste paradoxo foi a divisão dos recursos em blocos segundo as macropolíticas (segurança alimentar e nutricional é uma delas na visão dos presentes), adotando-se, assim, uma lógica diferente de distribuição das verbas, não ligada à fragmentação, mas questões inovadoras (*“pensar em uma caixa única, senão vamos continuar brigando sobre quem paga a cesta básica!”*)

3.3 CONCEITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E A EDUCAÇÃO ALIMENTAR

“Como reivindicar um direito se eu nem sei o que ele é?”

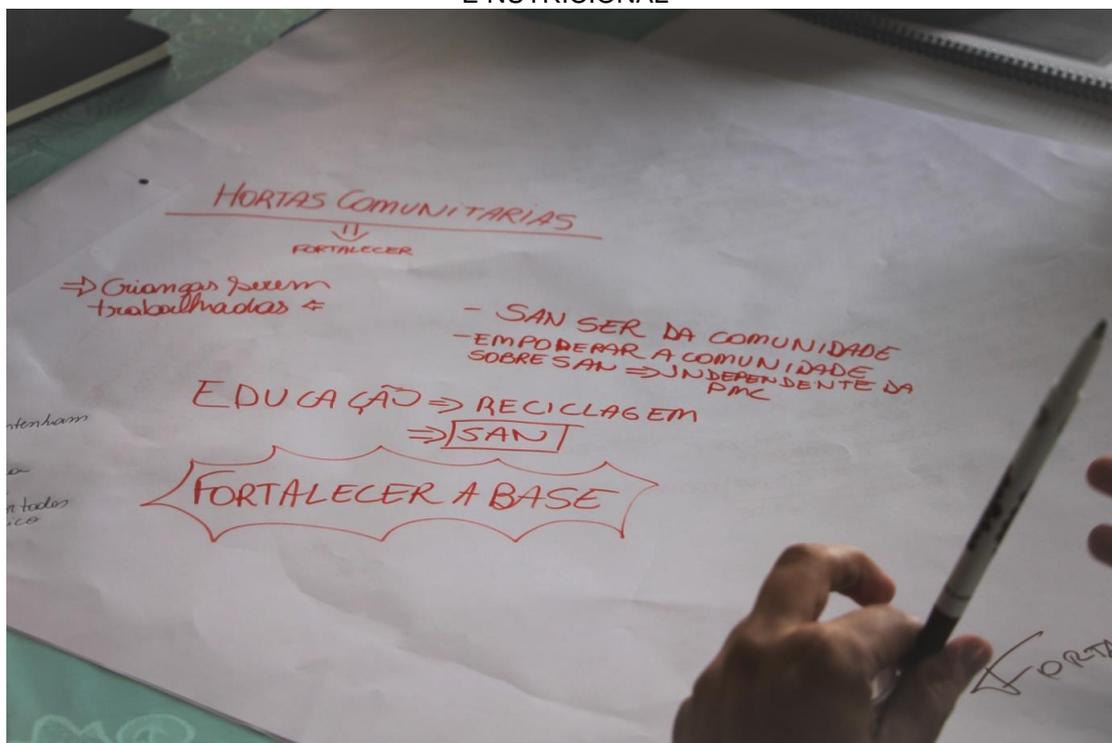
“Começa que as pessoas não sabem o que é segurança alimentar, o conceito de SAN”

“Falta informação sobre segurança alimentar para a população!”

“As pessoas não sabem o que é SAN. Se eu falar: ‘você sabe o que é SAN?’. Ai, não sei, nunca ouvi falar. Mas, se você falar o conceito pra elas, elas sabem”

Muito discutido no encontro passado, o conceito de segurança alimentar e nutricional voltou a ter foco no dia 13. Por perpassar todos os outros assuntos relatados anteriormente, foi citado como essencial para que a população consiga discutir, entender e exigir suas reais necessidades e direitos quanto à “comida” (FIGURA 31). Diante do que foi debatido pelos participantes, este tópico será dividido em duas questões relativas à comunicação sobre segurança alimentar e nutricional, a primeira diz respeito ao seu conceito e, a segunda, sobre educação alimentar e nutricional.

FIGURA 31 - EXEMPLO DE DISCUSSÃO SOBRE O CONCEITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL



3.3.1 Comunicando o conceito de segurança alimentar e nutricional

“Comunicação com arte: a maioria da comunicação é feita com linguagem muito técnica, que não agrada as pessoas e foge do cotidiano.”

Segundo os participantes, transmitir o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional não só elucidar como também empodera a população para que possa lutar pela garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada. Cabe ao poder público o difícil papel de transmitir este conceito de forma simples e capaz de atingir a grande massa. Sendo assim, as discussões acerca do tema precisam ocorrer de forma prática e objetiva, além de lúdica e abrangente.

“Temos que falar sobre Segurança Alimentar de forma lúdica, fazer teatro, chamar pra uma roda de conversa... se não as pessoas não vem e, sem vem, não entendem...”

“Como eu apresento comida de forma diferente? Como falar para pessoas que não têm ideia do tema. Temos que pensar em um plano de comunicação”

Como espaço já consolidado dentro da Prefeitura, os Restaurantes Populares também foram citados como um local propício para transmissão deste conceito. A intersectorialidade entre os Órgãos do governo municipal por diversas vezes foi citada como fundamental para que a população se aproprie da informação, colocando os profissionais da educação e da saúde como os principais multiplicadores deste conceito (FIGURA 32).

“Precisamos criar parceria, por exemplo o Programa Escute seu Coração. Precisamos ter sintonia entre Secretarias, falar a mesma linguagem. Os usuários têm que ouvir a mesma coisa de diferentes pessoas e secretarias”

FIGURA 32 - SUGESTÃO DE LOCAIS ONDE O CONCEITO DE SAN PODE SER DEBATIDO



(a)

Pensando nesta pluralidade, os gestores regionais da cidade levantaram a necessidade de se ter um olhar diferenciado para os migrantes e refugiados da capital.

“Precisamos de um trabalho de educação alimentar voltado para a cultura alimentar. Temos que pensar nos migrantes e imigrantes.”

O ato de se alimentar envolve muito mais do que nutrir o corpo. Alimentar-se é resgatar a cultura, as memórias e tradições de um povo. Sob este olhar, os gestores concluíram que um trabalho relativo à segurança alimentar e nutricional para uma população que tem raízes distintas do povo brasileiro tem que levar em consideração as bases da cultura alimentar desta população. Assim, passamos para o tópico seguinte, relacionado à educação alimentar e nutricional.

3.3.2 Educação Alimentar e Nutricional

“...esse é um trabalho que exige um esforço muito grande, porque a gente [sociedade] está indo na contramão do que é sustentável, do que é saudável, do que é viável para a população...”

“Não é só facilitar o acesso, é a questão da educação”

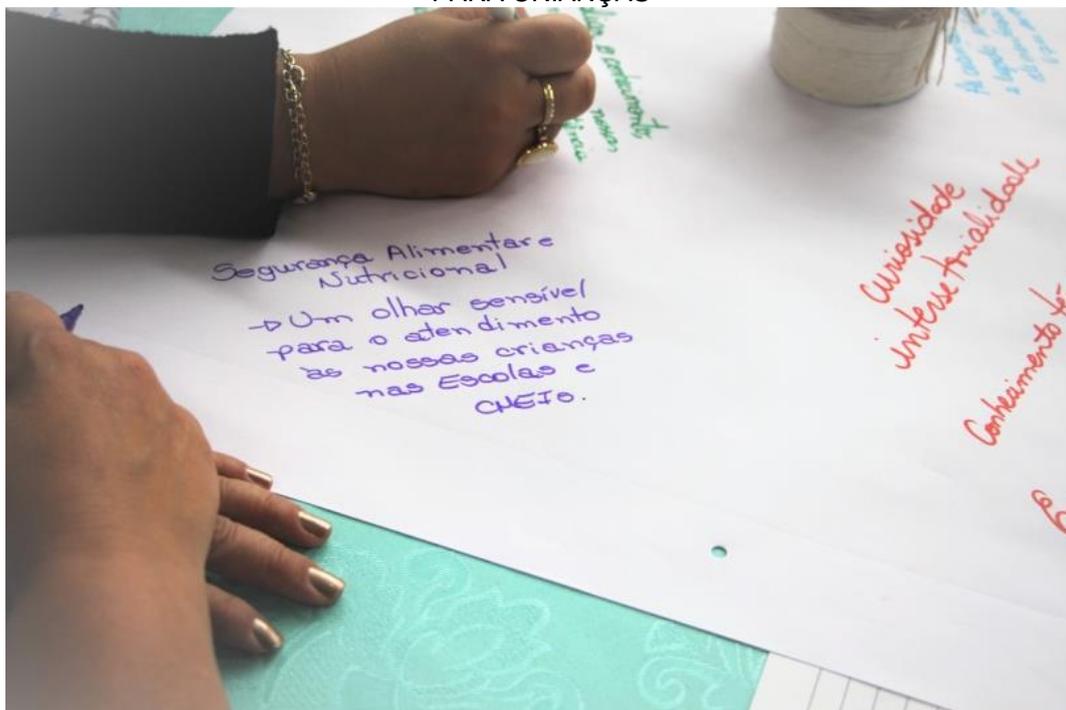
O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional é sustentado por quatro pilares e um deles consiste no “Uso e Utilização dos Alimentos”. Este tópico abrange desde a utilização dos nutrientes pelo organismo até a forma de preparo dos alimentos, o que nos remete diretamente a educação e reeducação alimentar e nutricional.

A necessidade de educar nutricionalmente as crianças do município esteve presente em todas as mesas de discussão (FIGURA 33), começando pela sugestão de inserção do tema no currículo escolar até a divulgação de programas e ações em reuniões de pais. A forma como a educação alimentar é transmitida para a população também foi muito comentada, pois também, assim como em relação ao conceito de segurança alimentar e nutricional, existe a necessidade de utilização de uma linguagem lúdica e envolvente, que permita a reflexão sobre, por exemplo, qual a origem e o caminho percorrido pelos alimentos que consumimos.

“As crianças precisam conhecer o caminho do alimento: de onde ele vem? Como é preparado?...”

ultrapassa o de haitianos; porém, ainda não possui estatísticas deste grupo. Além disso, cabe destacar que a cidade abarca uma vasta multiplicidade étnico-cultural desde sua formação.

FIGURA 33 - COMUNICAÇÃO DO CONCEITO DESEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA CRIANÇAS



Todavia, muitos dos presentes criticaram o fato de que, muitas vezes, existe uma tendência à canalização da execução de ações de educação alimentar e nutricional apenas para o público da rede municipal de ensino.

“Se a gente for levar em consideração tudo o que as políticas públicas acham que a educação resolve, a educação não faz mais nada! Só fica fazendo campanha para as outras políticas públicas! A criança pode ser trabalhada somente na escola? Às vezes a cobrança em cima da educação é muito além do que eles são capazes. [eles são] mais um canal, mas não é só responsabilidade deles.

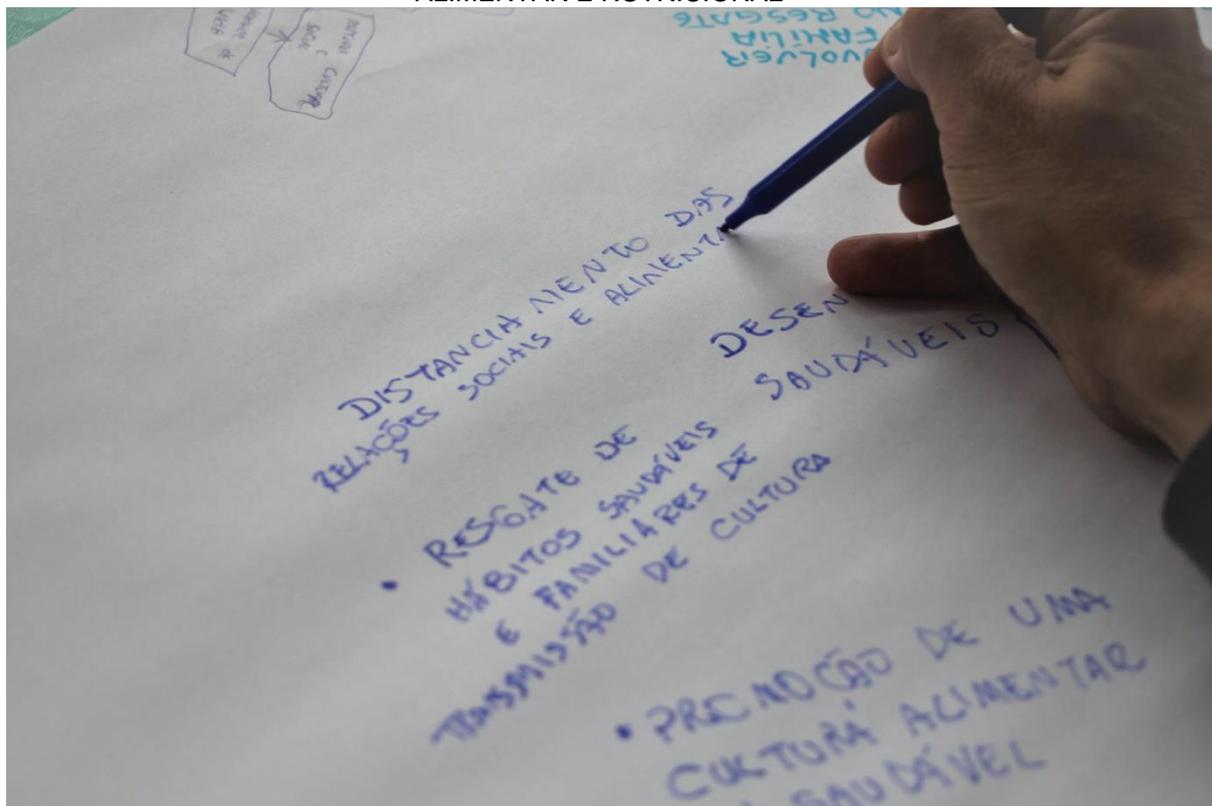
As famílias comem errado. ‘Ah, tem que ter um trabalho junto com as crianças na Secretaria da Educação!’ Não! Vamos lá na família que está comendo errado! Vamos conversar direto com eles!

Ou eles não são capazes de entender? Só a criança é que é o... entendeu? A criança que é responsável em ensinar para o pai como é que se come? Aí é fácil né! Porque você canaliza tudo na educação, faz um folder bonitinho, monta uma palestra, leva uma atividade cultural, reúne, fala sobre alimentação e o trabalho está pronto. Impactou na família?

Então, é aquilo que a gente tava falando, de fazer as mesmas coisas sempre do mesmo jeito. A gente tem que enxergar outro caminho!”

Como impeditivos à efetividade das práticas de educação alimentar e nutricional, também foram apontados: o uso cada vez mais frequente de equipamentos eletrônicos, uma vez que este é um processo que, em geral, envolve a substituição de outros hábitos relativos à melhoria da qualidade de vida, como a prática de atividade física; a perda do hábito de cozinhar também foi citada, visto que gera distanciamento entre pais e filhos e a interrupção da transmissão deste tipo de conhecimento entre gerações (FIGURA 34).

FIGURA 34 - QUESTÕES REFERENTES A HÁBITOS ALIMENTARES E EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL



A falta de tempo para preparo dos alimentos acaba por inserir novas práticas alimentares entre a população, gerando mudanças culturais importantes na relação homem-alimento. Há necessidade, portanto, de repensar as iniciativas de educação alimentar e nutricional, para que sejam abordadas novas formas de transmissão das informações.

“Comida é afeto, é amor, é memória, identidade..., eu trabalho com a escassez, com a ausência né, por conta da vulnerabilidade, mas falta isso. Não adianta você disponibilizar, como você está falando, se não tiver essas coisas. Se não tiver agregado o valor, não o valor nutricional, mas o valor subjetivo da alimentação né.”

Como sugestão, foi colocado pelos participantes o uso de equipamentos como os Restaurantes Populares e transporte coletivo para a difusão de informações; também a execução de práticas que estimulem o resgate de hábitos mediante a evocação da memória afetiva alimentar. Importante salientar que muitos dos presentes apontaram os jornais de bairro como formas pouco eficientes de comunicação.

Todas estas iniciativas, na visão dos participantes, devem empoderar a população para que esta possa ter/fazer escolhas conscientes em relação à própria comida, o que “*não significa deixar de gostar [dos produtos ultraprocessados]*”.

Todavia, foram feitas críticas à forma como a educação alimentar e nutricional muitas vezes é abordada.

“Educação alimentar precisa ser repensada, o blábláblá não funciona mais” “Como fazer é um desafio enorme, porque a educação alimentar da forma como era feita não funciona mais! Não adianta você querer colocar um monte de gente e dar uma palestra porque as pessoas não querem isso! Então, essa forma que tem que ser revista e ser repensada, em como chegar nesta pessoa, que tem acesso à informação. Informação ela tem, mas como fazer ela mudar o hábito?” - grupo de trabalho multiprofissional?

Para que ocorra uma transformação nesta realidade, no entanto, é preciso que os profissionais estejam preparados para transmitir o conhecimento de forma simplificada e efetiva. Foi sugerida, então, como uma das soluções possíveis, a criação de um grupo multiprofissional e intersetorial para discussão do tema e proposição de novas formas de atuação.

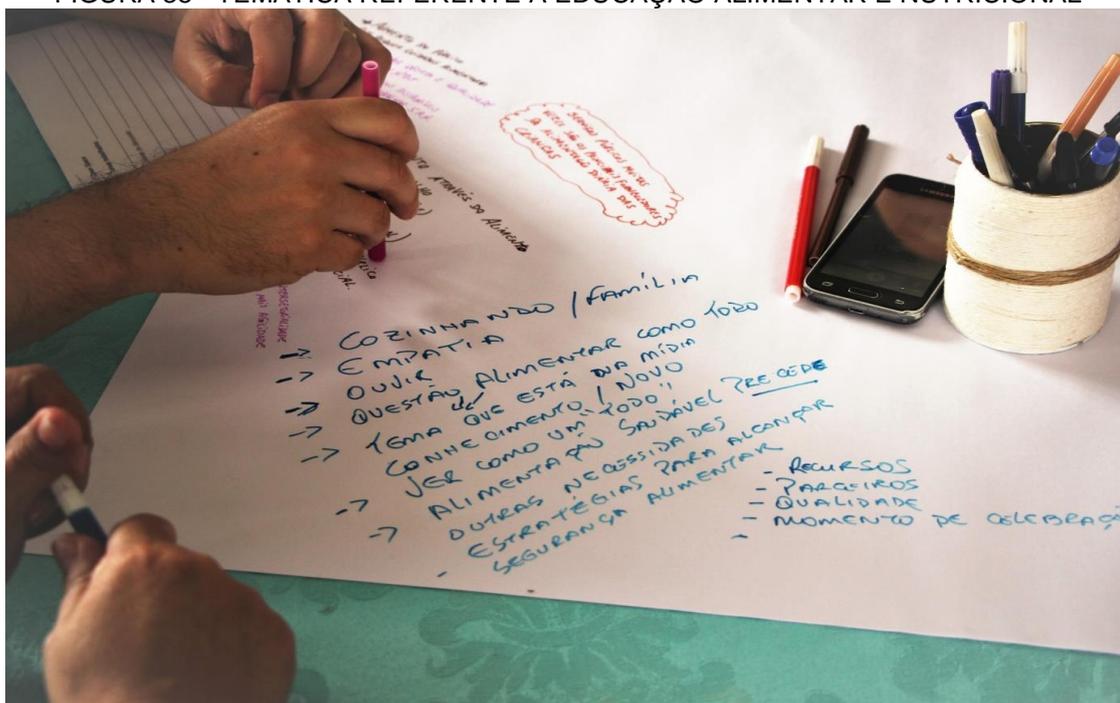
A Fundação Cultural de Curitiba foi apontada como ator chave neste processo, juntamente com outras instituições da sociedade civil, como igrejas e demais locais de encontro/reunião de pessoas. A participação da iniciativa privada também foi vista como necessária.

Esta nova abordagem requer também o exercício da escuta qualificada e da empatia (FIGURA 35), visando a qualificação do diálogo entre os envolvidos e, principalmente, o respeito ao direito de escolha dos indivíduos.

“a cultura alimentar familiar também mantém endurecida a abertura para a educação alimentar...”

“Cozinhar com empatia”

FIGURA 35 - TEMÁTICA REFERENTE À EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL



Nesse sentido, foi pontuada também a questão da oferta de produtos ultraprocessados pelo Programa Armazém da Família, especialmente por tratar-se de um equipamento público, fato que suscita o conflito entre a garantia do direito de escolha, através da disponibilização destes itens à população, e o respeito às diretrizes sobre alimentação saudável, como àquelas contidas no Guia Alimentar para a População Brasileira”.

Os participantes chegaram à conclusão de que, nestes casos, as políticas devem ser direcionadas aos consumidores, com ações individuais e coletivas. Primeiramente buscando-se compreender as realidades que se deseja trabalhar e, somente depois, definindo-se a forma de comunicação dos conceitos, *“sem romantizar a fala, dentro da realidade dela, dar ideias de como a pessoa pode resolver seus problemas”*

Outro ponto muito discutido diz respeito à epidemia de excesso de peso e o mosaico nutricional observado na cidade. Os presentes debateram bastante sobre as contradições relativas ao tema, como o aumento dos casos de sobrepeso e obesidade entre a camada mais pobre da população, paralelamente à manutenção de casos de carências nutricionais, refletidos em situações de baixo peso e baixa estatura em crianças.

“A obesidade muitas vezes está ligada à extrema vulnerabilidade”

Na regional Santa Felicidade, por exemplo, o panorama apresentado foi de maior incidência de obesidade em crianças relativamente aos casos de baixo peso, assim como a elevada prevalência de doenças crônicas não transmissíveis, cenário comum em toda a Curitiba.

Os modismos alimentares e a busca por um padrão corporal muitas vezes inalcançável, bem como o componente familiar (especialmente em relação transmissão da cultura alimentar) e aspectos emocionais e psicológicos (com o uso dos alimentos para a compensação de demandas de ordem afetiva) também foram indicados com componentes deste contexto.

Para além, a facilidade de acesso, tanto geográfico quanto econômico, devido ao custo relativamente baixo, e o conseqüente aumento no consumo de produtos ultraprocessados foi apontada como uma das principais causas das quais este fenômeno decorre. Foram citados, por exemplo, estabelecimentos comumente encontrados na regional Cajuru que comercializam estes itens a preços mais baratos que o varejo convencional, por estarem próximos ao vencimento.

Assim, debateu-se a necessidade da regulamentação da oferta deste tipo de alimentos, especialmente no entorno de escolas, hipótese logo rejeitada pelos presentes devido à falta de governabilidade do poder público sobre o interesse comercial e a livre iniciativa.

Partiu-se, então, para o enfoque em políticas de sobretaxação de produtos obesogênicos, além do uso de instrumentos que limitem sua publicidade, principalmente aquela direcionada ao público infantil, ações também consideradas de difícil execução também, mas que, dentro da municipalidade, podem ser debatidas entre poder público e sociedade, no intuito de geração de movimento e proposição para outras esferas de governo. A vontade política foi apontada como, ao mesmo tempo, maior impeditivo (quando ausente) e maior força (quando presente).

“[publicidade promove] Indução ao consumo de industrializados. Enquanto isto não mudar a educação alimentar será ineficiente... o interesse da mídia é comercial e existe uma queda de braço entre indústria e direitos do consumidor...a legislação é falha e tem falta de técnicos para fiscalização...não podemos jogar a culpa sobre a população“

A sugestão de atuação prática no nível municipal, então, foi a regulamentação e determinação da disposição de produtos considerados não saudáveis em locais de difícil acesso à crianças nos estabelecimentos comerciais da cidade. Também foi apontada a necessidade de investimento na qualidade e preço dos alimentos *in natura* nos equipamentos públicos.

4 FACILITAÇÃO GRÁFICA

Contamos com o profissional Ed Marcos Sarro e duas estagiárias (Haruka Ozawa e Raphaela Candido) para realização da facilitação gráfica de todos os encontros de construção do II Plano. Durante os eventos, eles sentaram-se aleatoriamente cada um em uma mesa e, conforme a discussão avançava, transformavam as conversas em imagens, trocando de local conforme os assuntos esgotavam-se.

Este trabalho, que foi parte da colheita, nos permitiu uma síntese mais aprimorada do conteúdo das discussões, auxiliando na construção das categorias de análise e permitindo uma visão mais assertiva acerca das conversas dos grupos. Também permite outra forma de comunicação para apresentação do conteúdo aos leitores além da escrita.

Apresentaremos seu resultado abaixo (FIGURA 36 a - j).

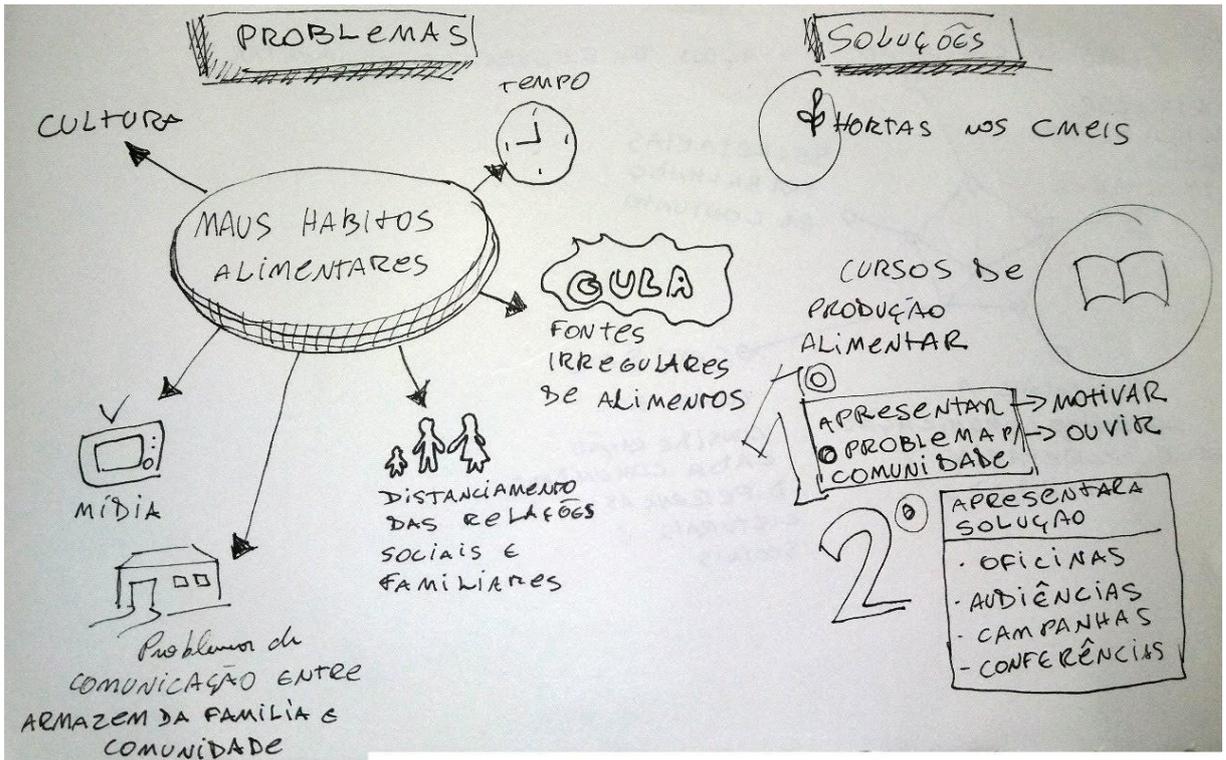
FIGURA 36 - RESULTADO DA FACILITAÇÃO GRÁFICA



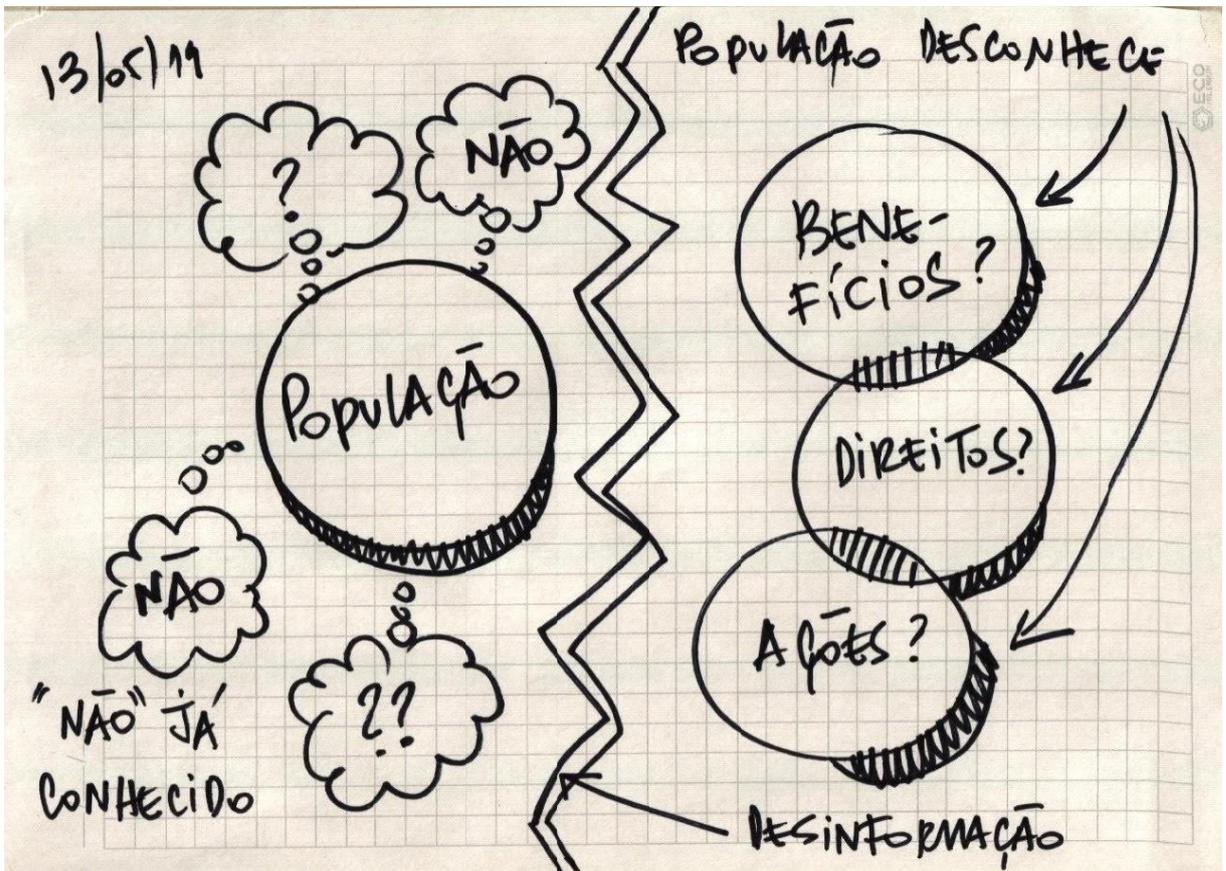
(a)



(b)



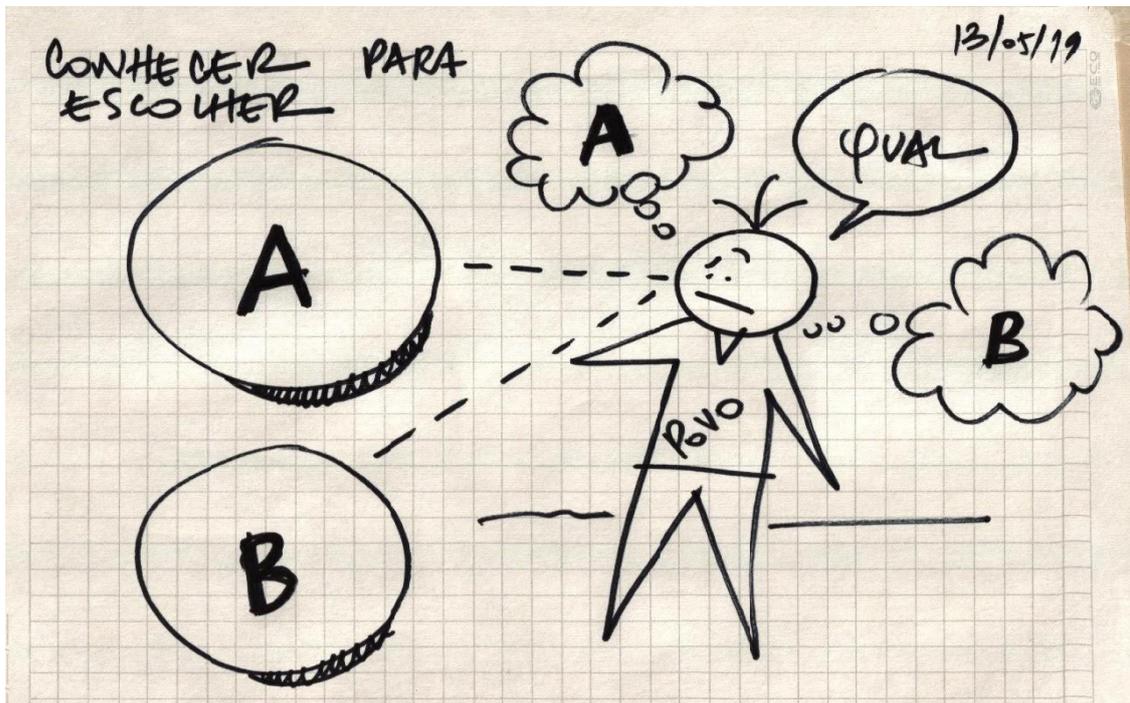
(c)



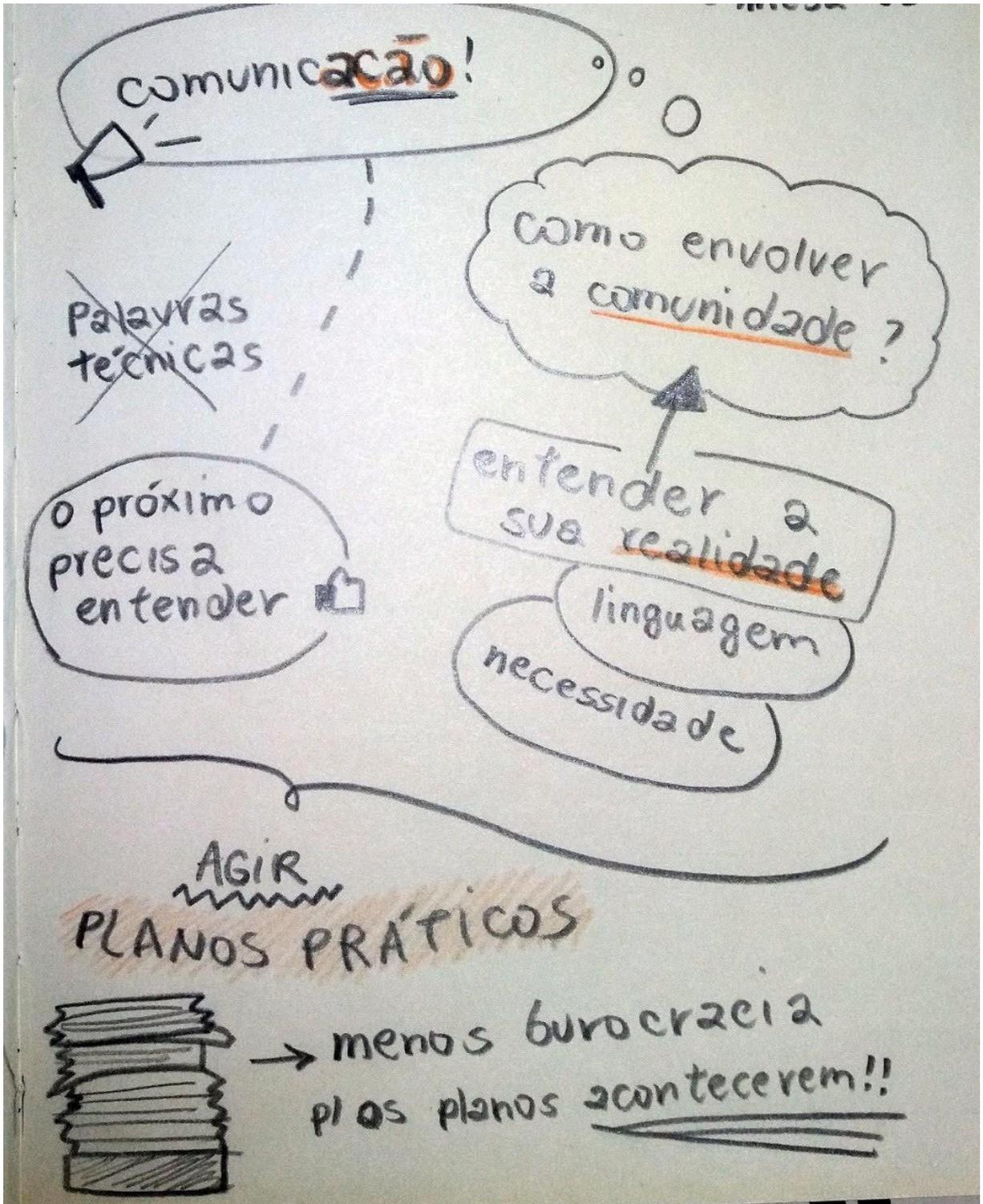
(d)

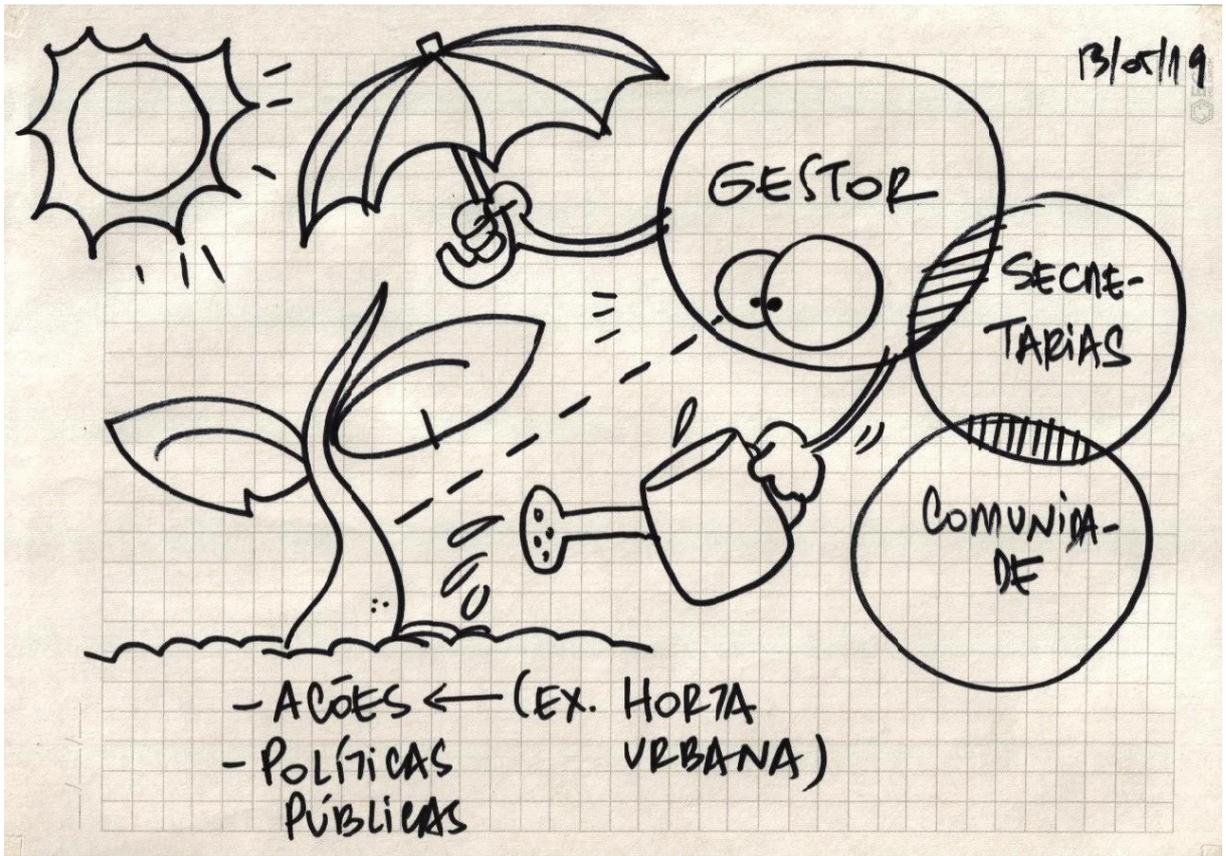


(e)

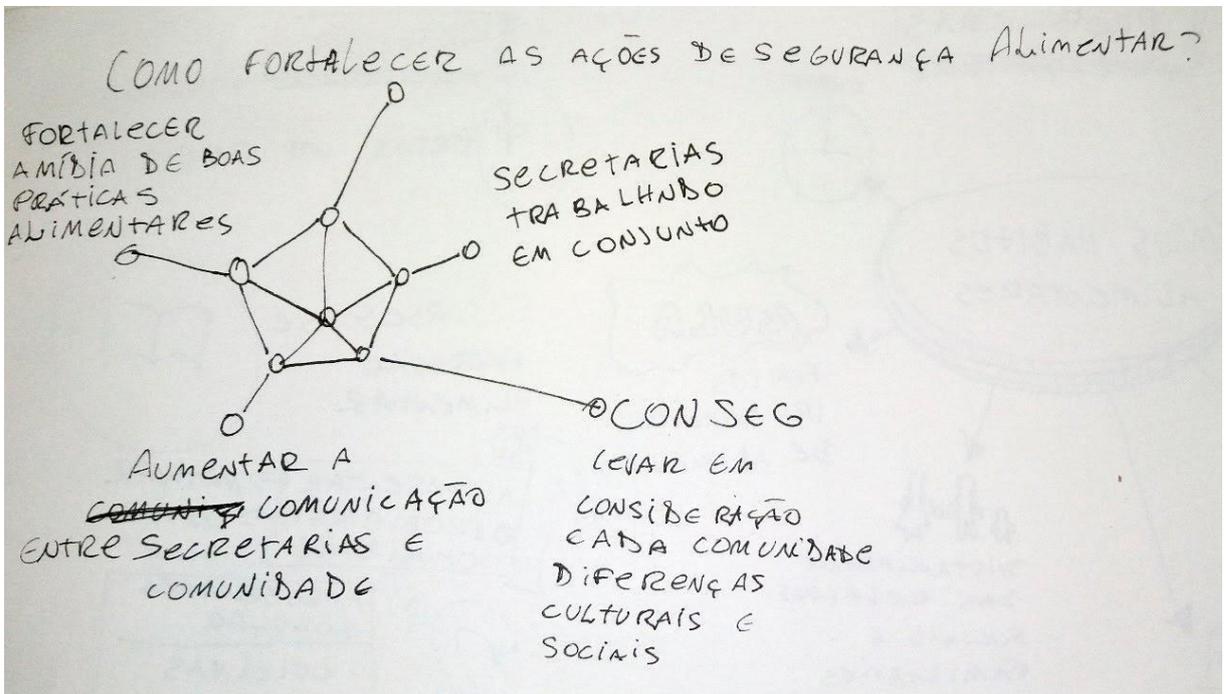


(f)

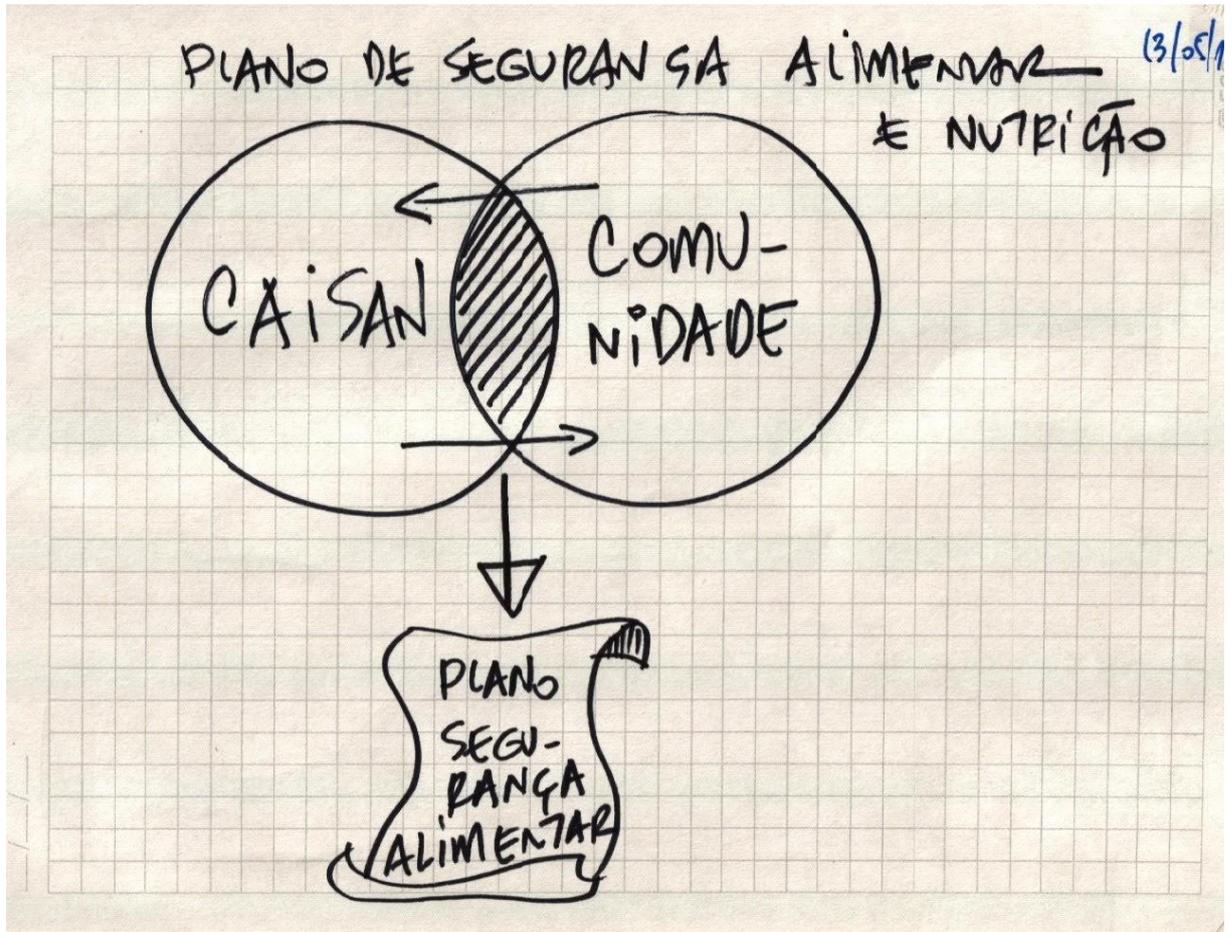




(h)



(i)



(i)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais uma vez a riqueza e qualidade das discussões chamou-nos a atenção. Os participantes demonstraram grande conhecimento acerca da temática da Segurança Alimentar e Nutricional e da forma como o conceito e este Plano deverão ser trabalhado em seus respectivos territórios de atuação.

Em síntese, destacamos entre os principais tópicos debatidos a necessidade de consolidação da intersectorialidade e a interlocução da política pública com o restante da sociedade civil, através de uma escuta qualificada das demandas legítimas e o planejamento e implementação das ações de acordo com as necessidades e realidades experimentadas pelas diferentes comunidades de Curitiba, além do empoderamento dos técnicos atuantes nos territórios para que estes participem do processo de tomada de decisão.

Mais uma vez a conciliação entre as demandas macro (de toda a cidade, generalizadas) e micro (específicas das regionais e comunidades) fez-se presente como necessidade latente. Como base para que isto ocorra, é preciso um diagnóstico claro da realidade de cada local e do caminho do alimento em cada regional, culminando na apropriação das demandas de cada território.

O cruzamento de dados entre diferentes órgãos da Administração municipal também é fundamental para levar esta demanda a cabo. Para tal, os participantes mais uma vez manifestaram a urgência na construção de um sistema de informação que agrupe os dados de todas as pastas afetas à segurança alimentar e nutricional e também unifique os cadastros.

O trabalho intersectorial nas regionais também poderia ocorrer através de redes de proteção e da eleição de questões prioritárias para enfrentamento. Entre elas, os participantes elencaram a questão do excesso de peso e da fome e da vulnerabilidade social, através da realização de políticas imediatas, de médio prazo e estruturantes, de maneira a permitir a emancipação e empoderamento dos indivíduos.

O mesmo deve ocorrer em relação à transmissão do conceito de segurança alimentar e nutricional e das ações de educação alimentar e nutricional, que devem considerar formas de comunicação diferentes daquelas utilizadas atualmente (como palestras e *folders*), levando-se em conta, principalmente, questões relacionadas à cultura de cada população e local atendidos.

Por fim, o encontro consolidado neste relatório reforçou as diretrizes para a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Curitiba, mapeadas no 1º encontro, realizado no dia 04 de abril de 2019:

I - Intersetorialidade, articulação e descentralização das ações em todos os níveis de governança;

II - Participação social e interlocução permanente com a comunidade do município e região metropolitana;

III - Monitoramento e avaliação permanentes das condições da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada.

**ANEXO 1 - COLHEITA REALIZADA NO ENCONTRO COM OS CHEFES DE NÚCLEO REGIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DO
ABASTECIMENTO EM 29 DE ABRIL DE 2019**

Intersetorialidade	Conceito de SAN	Comunicação e papel do regional	Demandas legítimas
<ol style="list-style-type: none"> 1. Comunicação com outras Secretarias 2. Clareza de papéis 3. Sistema de informação integrado 4. BANSAN (banco de dados de SAN) 5. SMAB não é dar comida 6. Duplicidade de serviços 7. “Polo de ideias: quando as Secretarias conversam regionalmente” 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Interesse pelo assunto 2. Conhecimento 3. Como transmitir o conceito de SAN 4. Qual a linha para conduzir SAN 5. Cultura + Alimento 6. Atividades artísticas / lúdicas 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reunião mensal entre os Chefes de Núcleo 2. Maior contato com a SGM do que com a SMAB 3. Comunicação tardia 4. SGM - papel agregador 5. Proposta: cada Regional apresenta suas ações na reunião mensal da SGM 6. Agenda do COMSEA na Regional 7. SMAB não sabe seu papel (= SGM) 8. Regional não sente pertencimento 9. Ir além do discurso 10. Participação nos Conselhos 11. Aproximar a PMC da população 12. “dois pesos e duas medidas” 13. “Representamos o Secretário na Regional” 14. “Passado é referência” 15. Regionais não se sentem reconhecidos 16. Projetos não são institucionalizados 17. Independência das Chefias de Núcleo 18. Agricultura Urbana como ferramenta 19. Capacitação dos Chefes de Núcleo 20. Questões levantadas: <ol style="list-style-type: none"> a. Quais os recursos disponíveis? b. Como usar recursos e informações? c. Como incorporar os Chefes de Núcleo? d. Como padronizar as ações? e. Como melhorar o fluxo de informações? f. Como trocar as experiências? 21. Necessidades apontadas: <ol style="list-style-type: none"> a. Conhecer a comunidade; b. Ser multiplicador das atividades (capacitação); c. Parcerias com Secretarias e Núcleos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Comunidade não confia na Prefeitura 2. Como evitar a politicagem: necessidade comunitária x interesses pessoais 3. Identificar portadores de opinião 4. Ouvir as necessidades da comunidade 5. Identificar lideranças locais 6. Reuniões locais sobre SAN / conferências locais 7. Conhecer a comunidade 8. Corresponsabilidade

ANEXO 2 - RESULTADO DO *OPEN SPACE* REALIZADO NO DIA 06 DE MAIO DE 2019 COM OS CHEFES DE NÚCLEO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO ABASTECIMENTO

Mesa 01 – Demandas legítimas

- Qual o potencial da sua comunidade para melhorarmos a insegurança alimentar?
- Como conhecer/levantar as reais necessidades da população da regional?
- Quem realmente precisa de educação alimentar x segurança alimentar?
- O que podemos fazer para garantir esse direito de SAN?
- A discussão sobre o “alimento”! SAN; Como discutir/orientar/apreender/trocar com a população que anseia pelo conhecimento?
- Hoje busca pela qualidade de vida é quase unânime
- Tema: Autoavaliação
- Como podemos encarar um público ávido por produtos concretos, levando articulações, conversas e serviços? Como medimos nossa paciência, nosso diálogo e nossa presença?
- Quais produtos da SMAB podemos oferecer à comunidade referente à SAN? Além dos atuais programas Armazém da Família, Sacolão, feiras

Mesa 02 - Intersetorialidade

- Como conhecer o território das regionais através do demais núcleos?
- Como fortalecer as ações de SAN nas regionais?
- Comunidade – Quais ações intersetoriais podem despertar o interesse da população?
- Produtos?
- Horta comunitária – como “destravar” (exemplo: liberação de espaço)?
- O que podemos trabalhar SAN com as outras secretarias além de hortas?

Mesa 03 - Comunicação

- Como levar os conceitos de SAN às escolas, entidades e associações?
- Como “transformar” a forma/nomenclatura SAN – Segurança Alimentar e Nutricional – em forma mais abrangente e menos técnico?
- Como fazer para tirar a palavra políticas de SAN para se tornar práticas de SAN?
- Canais de comunicação – Estamos utilizando todo potencial dos diversos canais de comunicação?
- Divulgação e relações públicas nas ações da secretaria?